

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

GRAZIELE BARBOSA DE PAULA

**REAVLIAÇÃO DE UMA ÁREA DEZ ANOS APÓS O PROCESSO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM CURITIBA, UTILIZANDO INDICADORES DA
QUALIDADE AMBIENTAL URBANA - IQAU**

CURITIBA

2024

GRAZIELE BARBOSA DE PAULA

**REAVLIAÇÃO DE UMA ÁREA DEZ ANOS APÓS O PROCESSO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM CURITIBA, UTILIZANDO INDICADORES DA
QUALIDADE AMBIENTAL URBANA – IQAU**

**Reassessment of an area ten years after the land regularization process in
Curitiba, using urban environmental quality indicators – UEQI**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção do título de
Tecnólogo em Processos Ambientais da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).
Orientadora: Prof.a Dra. Tamara Simone Van Kaick.

CURITIBA

2024



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

GRAZIELE BARBOSA DE PAULA

**REAVLIAÇÃO DE UMA ÁREA DEZ ANOS APÓS O PROCESSO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM CURITIBA, UTILIZANDO INDICADORES DA
QUALIDADE AMBIENTAL URBANA – IQAU**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção do título de
Tecnólogo em Processos Ambientais da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Data de aprovação: 29 de fevereiro de 2024

Stella Maris da Cruz Bezerra
Doutorado em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental
Universidade Tecnológica federal do Paraná

Tatiana Maria Cecy Gadda
Doutorado em Ciências Ambientais Humanas e da Terra
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Tamara Simone van Kaick (Orientadora)
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**CURITIBA
2024**

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, pois sem ele nada disso seria possível.

Dedico também à minha família que foi a mola propulsora que permitiu o meu avanço, mesmo durante os momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que diante de tantas dificuldades e problemas de saúde, me deu sustento para não desistir.

À minha família, que sempre me incentivou e compreendeu minha ausência em todo o processo de conclusão deste trabalho.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná, principalmente ao Departamento de Química e Biologia, que me forneceram toda estrutura para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos professores por todos os ensinamentos que a mim foram dispensados e que permitiram um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

À minha orientadora Tamara, que me sugeriu o tema e me direcionou em busca dos melhores resultados.

À equipe da gestão do Cadastro Único da Fundação de Ação Social, bem como às equipes da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), Urbanização de Curitiba S.A. (URBS), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná (SESP-PR), Secretarias Municipal e Estadual de Educação (SME / SEED), Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) e Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP), que por meio da Lei 12.527/2011, forneceram os dados para compor este trabalho.

À equipe do CRAS Pompéia, meu local de trabalho, que por muitas vezes aceitaram a flexibilização do meu horário de trabalho para que eu pudesse concluir este projeto.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização do presente trabalho.

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

(Artigo 225 da Constituição Federal de 1988)

RESUMO

O processo de urbanização vem acontecendo no mundo em escala sem precedentes. A busca por maiores oportunidades e qualidade de vida tem feito com que constantes migrações ocorram entre o meio rural e o urbano. Contudo, tal movimento vem causando o adensamento populacional das cidades, e estas não estão preparadas para acolher tal montante de pessoas. A falta do devido planejamento para aplacar tal situação leva a um colapso, devido à falta da infraestrutura necessária, o que colabora com um enorme impacto na qualidade de vida das pessoas, aumentando o abismo da desigualdade social. A falta de recursos obriga muitas famílias a se estabelecerem em ocupações irregulares, situação que reflete de forma negativa em áreas ambientais e urbanísticas, além de proporcionar moradias em condições precárias, sem a menor estrutura sanitária e muitas vezes instaladas em locais inapropriados, como Áreas de Preservação Permanente – APP ou encostas. A avaliação da Qualidade Ambiental Urbana – QAU, é uma ferramenta capaz de fazer um levantamento das condições em áreas de ocupação irregular, demonstrando que o local é ou não passível de regularização, e, em caso positivo, auxilia na escolha das ações que devem ser tomadas, pelo poder público, para melhorar a qualidade de vida daquela comunidade. O presente trabalho tem como finalidade reavaliar um estudo feito por Silva (2013) na vila Terra Santa, no bairro Tatuquara no município de Curitiba-PR, comparando os dados dez anos após a conclusão do processo de regularização, além de verificar se os indicadores utilizados anteriormente ainda são pertinentes para o atual momento. Atualmente residem no território cerca de 2.922 famílias, aproximadamente 4 vezes mais famílias do que existiam na região ao fim da regularização. Dos 47 indicadores do QAU analisados em 2023 e comparados com 2013, foi possível verificar que 33 permaneceram inalterados, 2 melhoraram, 6 melhoraram significativamente e 6 pioraram. Os indicadores que demonstraram uma situação de piora em seus índices estão relacionados, principalmente, com o atendimento dos serviços urbanos. Mesmo com altos valores investidos em infraestrutura, as necessidades básicas da população da Vila Terra Santa ainda não se mostraram suficientes.

Palavras-chave: Qualidade Ambiental Urbana; Indicadores da Qualidade Ambiental Urbana; ocupação irregular; regularização fundiária, processo de urbanização.

ABSTRACT

The urbanization process has been happening across the world on an unprecedented scale. The search for greater opportunities and quality of life has caused constant migration to occur between rural and urban areas. However, this movement has caused cities to become more densely populated, and they are not prepared to accommodate such a large number of people. The lack of proper planning to alleviate this situation leads to a collapse, due to the lack of necessary infrastructure, which has a huge impact on people's quality of life, increasing the abyss of social inequality. The lack of resources forces many families to settle in irregular occupations, a situation that negatively affects environmental and urban planning areas, in addition to providing housing in precarious conditions, without the slightest sanitary structure and often installed in inappropriate locations, such as Areas of Permanent Preservation – APP or slopes. The assessment of Urban Environmental Quality – UEQ, is a tool capable of surveying conditions in areas of irregular occupation, demonstrating whether or not the location is subject to regularization, and, if so, assists in choosing the actions that should be taken by public authorities to improve the quality of life in that community. The present work aims to reevaluate a study carried out by Silva (2013) in the Terra Santa village, in the Tatuquara neighborhood in the municipality of Curitiba-PR, comparing the data ten years after the completion of the regularization process, in addition to verifying whether the indicators used previously are still relevant for the current moment. Around 2,922 families currently reside in the territory, approximately 4 times more families than existed in the region at the end of regularization. Of the 47 UEQ indicators analyzed in 2023 and compared with 2013, it was possible to verify that 33 remained unchanged, 2 improved, 6 significantly improved and 6 worsened. The indicators that demonstrated a worsening situation in their indexes are mainly related to the provision of urban services. Even with high amounts invested in infrastructure, the basic needs of the population of Village Terra Santa have not yet proven to be sufficient.

Keywords: Urban Environmental Quality; Urban Environmental Quality Indicators; irregular occupation; land tenure regularization, urbanization process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curitiba em 1857.....	23
Figura 2 - Mapa das áreas regularizadas entre 2008 e 2016	32
Figura 3 - Localização da área da Vila Terra Santa e do local de reassentamento..	50
Figura 4 - Levantamento aerofotogramétrico - 1996.	51
Figura 5 - Levantamento aerofotogramétrico - 2002.	52
Figura 6 - Moradias Vila Terra Santa - 2012.....	54
Figura 7 - Moradias Vila Terra Santa - 2023.....	54
Figura 8 - Ocupação irregular na Faixa de Alta Tensão na Vila Terra Santa em 2004.	57
Figura 9 - Faixa de Alta Tensão na Vila Terra Santa em 2023.....	57
Figura 10 - Rua da Cidadania do Tatuquara.	59
Figura 11 - Comércio instalados na Vila Terra Santa.	59
Figura 12 - Terminal de ônibus do Tatuquara.....	60
Figura 13 - UPA Tatuquara.....	61
Figura 14 - Pontos de Lazer da Vila Terra Santa.	63
Figura 15 - Clube da Gente Tatuquara.....	63
Figura 16 - Situação atual do rio que corta a Vila Terra Santa.....	64
Figura 17 - Áreas preservadas na Vila Terra Santa.	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de urbanização das regiões brasileiras (IBGE).....	20
Tabela 2 - Distribuição relativa da população, por situação de domicílio, no Paraná, 1940 – 1980.	21
Tabela 3 - Componentes da Qualidade Ambiental Urbana.....	36
Tabela 4 - Indicadores de melhor QAU e respectivos percentuais.	42
Tabela 5 - Categoria de análise, variáveis propostas e indicadores da QAU.	46
Tabela 6 - Classes de Qualidade Ambiental Urbana	48
Tabela 7 - Resultados para variável moradia.....	54
Tabela 8 - Resultados para variável saneamento.....	55
Tabela 9 - Resultados para variável infraestrutura urbana.	58
Tabela 10 - Resultados para a variável serviços urbanos	61
Tabela 11 - Resultados para a variável infraestrutura social/cultural.....	64
Tabela 12 - Resultados para a variável conforto do ambiente.....	64
Tabela 13 - Resultados para a variável paisagem urbana.....	65
Tabela 14 - Resultados para a variável cidadania.	66
Tabela 15 - Resultado dos Indicadores da Qualidade Ambiental Urbana em níveis de satisfação – IQAU.	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
AMEP	Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná
APC	Agentes Públicos de Habitação
APP	Área de Preservação Permanente
CEF	Caixa Econômica Federal
CEI	Centro de Educação Infantil
CMC	Câmara Municipal de Curitiba
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COHAB-CT	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Concitiba	Conselho da Cidade de Curitiba
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COVID-19	doença do coronavírus
ECO/92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992
FAS	Fundação de Ação Social
HIS	Habitações de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
II-PR	Instituto de Identificação do Paraná
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPPUC	Institutos de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQUAU	Indicadores da Qualidade Ambiental Urbana
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
MCID	Ministério das Cidades
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PCS	Programa Cidades Sustentáveis

PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
QAU	Qualidade Ambiental Urbana
REURB	Regularização Fundiária Urbana
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Estado do Paraná
SDSN	<i>Sustainable Development Solutions Network</i>
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SESP-PR	Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMELJ	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMOP	Secretaria Municipal de Obras Públicas
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPR	Universidade Federal do Paraná
URBS	Urbanização de Curitiba S.A.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVO GERAL	16
1.1.1	Objetivos Específicos.....	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	A URBANIZAÇÃO NO BRASIL.....	19
2.1.1	A Urbanização por Regiões	20
2.1.2	A Urbanização no Paraná.....	21
2.2	AS OCUPAÇÕES IRREGULARES	23
2.2.1	Consequências das Ocupações Irregulares.....	26
2.2.2	Regularização Fundiária Urbana.....	27
2.3	VILA TERRA SANTA	33
2.4	QUALIDADE AMBIENTAL URBANA – QAU.....	34
2.4.1	Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana – IQAU	36
3	METODOLOGIA	39
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
4.1	HISTÓRICO GERAL.....	49
4.2	CARACTERÍSTICAS URBANAS AMBIENTAIS	53
4.2.1	Moradia.....	53
4.2.2	Saneamento	55
4.2.3	Infraestrutura Urbana.....	56
4.2.4	Serviços Urbanos.....	58
4.2.5	Infraestrutura Social/Cultural.....	61
4.2.6	Conforto do Ambiente	64
4.2.7	Paisagem Urbana	65
4.2.8	Cidadania	65
5	CONCLUSÃO	75
6	RECOMENDAÇÕES	77
	REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil se deu pela migração das pessoas das áreas rurais para as cidades. Essa movimentação aconteceu devido ao nascimento das indústrias nesses espaços, e a demanda por mão de obra atraiu essas pessoas que necessitavam dela. Além disso, o período pós abolição também contribuiu para o aumento populacional nas cidades, visto que, ao terem sua mão de obra rejeitada nas fazendas cafeeiras, essa parte da população também migrou em busca de colocação no mercado de trabalho.

O crescimento das indústrias nos centros urbanos refletiu em maiores investimentos do Estado para as cidades, o que aumentou ainda mais o processo migratório. Contudo, esse “inchaço” das áreas urbanas aconteceu em clara desproporção às reais oportunidades de emprego, o que gerou e ainda gera uma grande massa de subempregados e desempregados. Desse modo, parte da população tornou-se vítima da desigualdade social, e por consequência, da segregação socioespacial.

Na busca por espaço para a sobrevivência, às vezes, a população de baixa renda acaba por se instalar em áreas de interesse ambiental, vazios urbanos ou em áreas de risco, como em encostas, fundos de vales de rios ou em manguezais. A ocupação dessas áreas de risco e de interesse ambiental por parte dessas famílias, pode acarretar grandes impactos, seja por elas estarem sujeitas a sofrer com desastres ambientais, como por contribuir para a degradação ambiental (BARBOSA e FURRIER, 2013).

Segundo o Censo de 2010 do IBGE, havia no Brasil cerca de 3,2 milhões de domicílios em 6.329 aglomerados subnormais (formas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação) distribuídos em 323 municípios. Já na versão preliminar feita como preparação para a operação do Censo Demográfico 2020, adiado por 2 anos em razão da pandemia de COVID-19, que incorpora atualizações até dezembro de 2019, o número de Aglomerados subnormais subiu para 13.151, localizados em 734 municípios e totalizando cerca de 5,1 milhões de domicílios, um aumento de 60% em 9 anos.

Curitiba é a capital brasileira considerada em 2021 referência em urbanização,

meio ambiente, saúde, educação e ação social. Foi escolhida, pelo quinto ano consecutivo, a capital mais saneada do Brasil, no ranking da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (PMC, 2021). A cidade ainda foi a capital brasileira melhor classificada no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Inédito no país, o trabalho foi desenvolvido pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS), em parceria com a *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), uma iniciativa da ONU para monitorar os ODS em seus países-membros (PMC, 2022).

Mesmo com todos os avanços e prêmios recebidos, o diretor técnico da COHAB-CT (Companhia de Habitação Popular de Curitiba) divulgou em audiência pública na CMC (Câmara Municipal de Curitiba), em novembro de 2021, que até aquela data existiam em Curitiba 410 áreas de ocupação irregular com cerca de 50 mil famílias, já Madianita Nunes da Silva, docente da UFPR (Universidade Federal do Paraná) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles e do Laboratório de Habitação e Urbanismo, declarou na mesma audiência que o número seria bem maior, 984 assentamentos informais na cidade (JUNIOR, 2021).

A Vila Terra Santa, localizada no Bairro Tatuquara, uma das áreas mais carentes de Curitiba, é uma ocupação irregular iniciada em 1999 em área particular de 288 mil metros quadrados, com topografia acidentada e restrição ao uso habitacional (PMC, 2017).

A intervenção na Vila iniciou em 2007 como parte do Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente, criado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, onde foi feito o mapeamento da área. Em um período de dez anos famílias que residiam em áreas de risco foram transferidas para novas casas e as demais foram atendidas com a escrituração de seus lotes, além disso, foram feitas obras de infraestrutura e recuperação ambiental, implantação de ciclovias e áreas esportivas e de lazer. Diante disso, em 2017 o Projeto de Urbanização da Vila Terra Santa, coordenado pela COHAB, foi inscrito em dois concursos nacionais: Prêmio Selo de Mérito, promovido pela Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação (APC) e Programa Melhores Práticas em Gestão Local, organizado pela Caixa Econômica Federal (CEF), mesmo não sendo premiado, o projeto de regularização da Vila Terra Santa foi considerado um grande avanço em

sustentabilidade (PMC, 2017).

Em 2013 foi feito um levantamento para identificar as influências socioambientais que auxiliam na melhoria da qualidade ambiental em processos de regularização fundiária na ocupação, que está inserida em uma Área de Preservação Permanente – APP. Nessa pesquisa foram identificadas as motivações da ocupação irregular na época; foram elencadas as problemáticas envolvidas na regularização; foi avaliada a qualidade ambiental da área degradada, utilizando Indicadores da Qualidade Ambiental Urbana – IQAU; foram correlacionados os dados obtidos pelos IQAU e cruzados dados semelhantes e discrepantes; foi realizada análise comparativa das características sociais, ambientais e de ocupação e de como essas características interferiam na dinâmica da melhoria da qualidade ambiental da Vila Terra Santa; além de identificar pontos de melhorias na qualidade ambiental após intervenção de realocação de determinadas moradias e regularização da área pela COHAB-CT (SILVA, 2013).

Atualmente a Vila Terra Santa é uma área regularizada, contudo, locais de onde as famílias foram realocadas, por ser área de risco, estão ocupadas novamente por outras famílias.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o território da Vila Terra Santa com os indicadores de Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana (IQAU), tendo como referência a evolução entre os anos de 2013 – 2023.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Aplicar os IQAU da vila Terra Santa entre os anos de 2013 a 2023;
- Analisar a tendência de melhorias ou não do IQAU com base nos trabalhos de Silva (2013); e
- Verificar se os IQAU utilizados por Silva (2013) ainda se mantém pertinentes após 10 anos da última avaliação.

1.2 JUSTIFICATIVA

A súbita urbanização dada no Brasil, associada à desigualdade de distribuição de renda colaboraram para o surgimento de moradias precárias situadas em locais

com pouca ou nenhuma condição estrutural. Tal situação escancara as desigualdades sociais e econômicas do país, onde a exclusão social, a degradação ambiental, a violência urbana, o desemprego e a incapacidade de uma ação efetiva do Estado no que se refere à inclusão social e proteção ambiental, demonstram que a má distribuição dos recursos gera um ciclo difícil de ser interrompido (PIOLI e ROSSIN, 2006).

Segundo o Art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, moradia é um direito social de todo cidadão, assim como a vida em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme descrito no Art. 225º. Já o Art. 23º diz que é competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico e X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (BRASIL, 1988).

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB) é uma sociedade de economia mista criada em maio de 1965, que tem como acionista majoritária a Prefeitura de Curitiba. A Companhia é responsável pela execução da política habitacional do município de Curitiba. Seu atendimento é voltado com prioridade para o atendimento das camadas mais carentes da população, a COHAB dedica atenção especial aos projetos de urbanização de vilas, reassentamento de famílias em situação de risco ou insalubridade e regularização fundiária de áreas irregulares (COHAB-CT, c2022).

Como descrito nos levantamentos feitos pela Gabriela do Vale Silva (2013), e nas publicações da Prefeitura Municipal de Curitiba (2017), a COHAB atuou na regularização da Vila Terra Santa – Tatuquara, trazendo melhor infraestrutura para a região.

Contudo, sabe-se que o contexto de distribuição de renda no país é extremamente desigual e período pandêmico vivido entre 2019-2021, elevou ainda mais a vulnerabilidade da população de baixa renda, pois acarretou em desemprego, famílias com pouca ou nenhuma renda e por consequência falta de moradia (MONTEIRO e CHAGAS, 2021).

Sendo assim, o presente estudo se apresenta como uma forma avaliativa da

efetividade das ações do poder público na região da Vila Terra Santa, bem como contribuir para futuras tomadas de decisões para proteção ambiental da área e das famílias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A URBANIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de urbanização no Brasil teve início no século XX, quando o país passou pelo processo de industrialização. Com o estabelecimento do setor industrial e o processo de exportação de manufaturas bem-sucedido, houve a expansão econômica do meio urbano, o que culminou em uma intensa imigração das zonas rurais para o meio urbano (GUERRA, POCHMANN e SILVA, 2020).

Em 1940, apenas 31% da população brasileira vivia nas cidades. A partir dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, houve uma intensificação do processo de urbanização, pois com promoção da industrialização houve a formação de um mercado interno integrado que atraiu milhares de pessoas para o Sudeste do país, região que possuía a maior infraestrutura e, conseqüentemente, a que concentrava o maior número de indústrias (GOBBI, c2000-2015).

Com o aumento da oferta de emprego e de serviços, como saúde, educação e transportes, a partir da década de 1970, mais da metade dos brasileiros estavam nos centros urbanos (GOBBI, c2000-2015),

O processo de urbanização se deu de forma rápida e intensa, com pouco ou nenhum planejamento, o que acarretou em estruturas urbanas fragmentadas social e espacialmente (ROSA, 2014). Com isso, logo apareceram os problemas sociais, ambientais e econômicos, pois, o inchaço das cidades ocorreu de forma desproporcional com as oportunidades de emprego e a oferta de serviços (LOPES, 2008).

A falta de planejamento urbano e de uma política econômica menos concentradora contribuiu para a favelização (GOBBI, c2000-2015).

Os centros urbanos foram ocupados pelas classes sociais altas e médias e a periferia pelo restante da população, local esse com baixo desenvolvimento estrutural e de serviços públicos (GUERRA, POCHMANN e SILVA, 2020).

Como as oportunidades de emprego não acompanharam o grande fluxo migratório, o número de pessoas desempregadas também cresceu, e a desigualdade social culminou no aumento dos índices de pobreza e da violência urbana, o que é perceptível até os dias atuais (GOBBI, c2000-2015).

2.1.1 A Urbanização por Regiões

Cada região do país se urbanizou de maneira diferente, levando em conta fatores como a localização e o número de indústrias instaladas, como mostra a tabela 1.

O maior índice de crescimento populacional ocorreu na região Sudeste, visto que foi lá que se instalaram o maior número de indústrias. Até nos dias atuais o Sudeste é a região mais buscada.

A construção de Brasília, na década de 1960, atraiu muitos trabalhadores para atuar na obra, o que tornou a região Centro Oeste a segunda em crescimento durante o processo de urbanização.

Tabela 1 - Taxa de urbanização das regiões brasileiras (IBGE)

REGIÃO / ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
BRASIL	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48	84,36
NORTE	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
NORDESTE	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
SUDESTE	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
SUL	27,73	29,50	37,10	44,27	62,41	74,12	80,94	82,90	84,93
CENTRO OESTE	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,80

Fonte: (IBGE, [s.d.] apud GOBBI, c2000-2015)

A região Sul teve um processo de urbanização mais regular devido a predominância de propriedades familiares, o que fez com que as pessoas permanecessem nas áreas rurais.

A partir da década de 1970 o contingente populacional urbano da região sul aumentou significativamente, época que aumentou o êxodo rural ocasionado pelo início da modernização da produção agrícola.

Segundo o censo demográfico de 2010 a região Sul estava na terceira posição como região mais populosa do Brasil.

Até a década de 1960 a região Norte era a segunda mais urbanizada do país, contudo, com a concentração da economia do país no Sudeste, aconteceu um fluxo migratório da população para as regiões mais estabilizadas economicamente.

Esse fluxo migratório contrário também foi notório na região Nordeste, visto que a região teve um baixo desenvolvimento econômico de suas cidades, assim, não foi capaz de atrair a sua própria população rural.

2.1.2 A Urbanização no Paraná

O processo de urbanização paranaense tomou corpo na década de 1980, quando finalmente a população urbana ultrapassou a rural, como é possível perceber na Tabela 2 (OLIVEIRA, 2017).

Tabela 2 - Distribuição relativa da população, por situação de domicílio, no Paraná, 1940 – 1980.

ANO	Situação do Domicílio	
	Urbana (%)	Rural (%)
1940	24,50	75,50
1950	25,00	75,00
1960	30,70	69,30
1970	36,10	63,90
1980	58,60	41,40

Fonte: (OLIVEIRA, 2017 *apud* IPARDES. Séries retrospectivas do Paraná: dados históricos da indústria (1940-1980). Curitiba, 1993, p.17 (ADAPTADA).

A urbanização do Paraná foi acontecendo à medida em que a economia e a sociedade paranaense foram se transformando, sendo a partir da década de 1970 que a presença das indústrias se tornaram mais significativas, e também quando iniciou-se o processo de modernização do campo, assim como a mudança de cultura de café para soja e trigo, o que deixou muita mão de obra disponível.

2.1.2.1 A urbanização no município de Curitiba

Até o começo do Século XX, Curitiba era uma pequena vila utilizada como ponto de passagem e parada de pessoas ligadas à extração de ouro (século XVII) e

ao tropeirismo (século XVIII). Em um primeiro momento o povoado ficava localizado às margens do Rio Atuba, porém, por ser uma região muito úmida, os moradores migraram para o que se tornaria o Largo da Matriz, hoje onde está localizada a Praça Tiradentes, Marco Zero da cidade (PILOTTO, 2010).

Na época o Paraná era uma província de São Paulo, sendo em 1853 o desmembramento dos dois estados e que Curitiba se tornou Capital do Paraná (Figura 1) (PILOTTO, 2010).

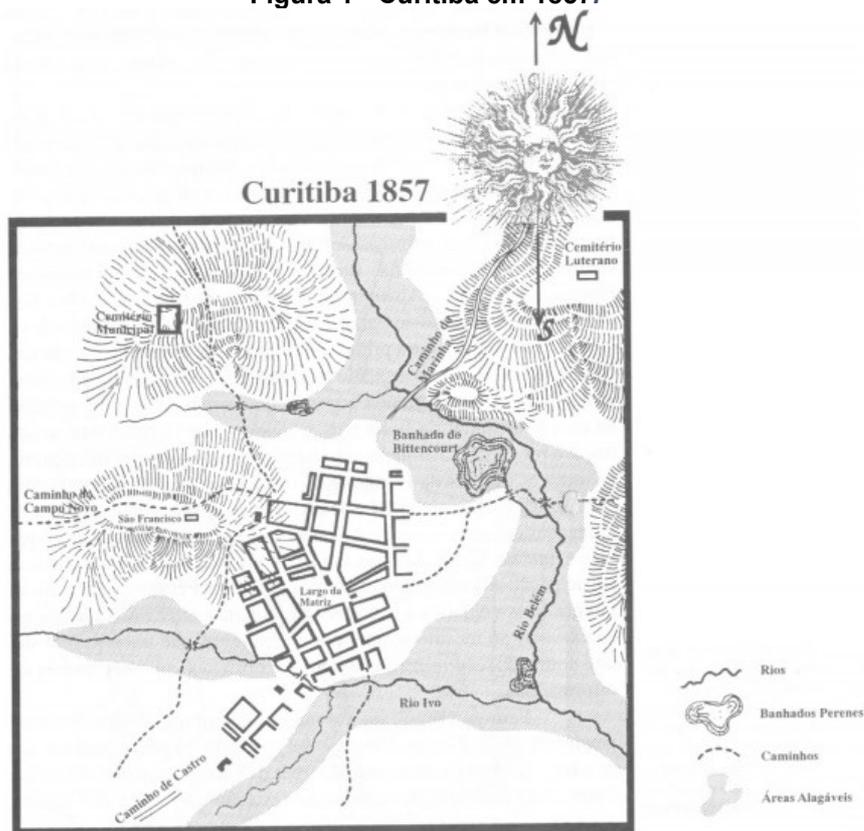
Esse foi um período em que Curitiba era considerada uma cidade secundária e pouco expressiva, ganhando destaque somente na década de 1970 devido às suas medidas urbanísticas criativas e diferenciadas (CARVALHO e SUGAI, 2013).

Foi quando, acompanhando uma tendência de outras metrópoles brasileiras, aconteceu o processo de verticalização dos setores estruturais, mudando o padrão habitacional. Foi também quando foi criada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), mudando a área industrial, que antes ficava localizada nas proximidades da Rodoferroviária. Então, com a integração da capital com os municípios vizinhos, Curitiba se tornou uma grande metrópole (PILOTTO, 2010).

Mesmo Curitiba sendo alvos de planos autoritários e tecnicistas do período militar, a reformulação da malha urbana obteve maior êxito do que em outras cidades, visto que a capital paranaense teve no comando da prefeitura, políticos de mesma orientação partidária em entre os anos de 1960 e 1980 (CARVALHO e SUGAI, 2013).

Com a implantação das medidas do Plano Diretor e um alto investimento do Estado, Curitiba ficou conhecida como uma cidade diferenciada e bem-sucedida em seu projeto urbano (CARVALHO e SUGAI, 2013).

Figura 1 - Curitiba em 1857.



Fonte: DUDEQUE (1995) p. 121 *apud* PILOTTO (2010).

Contudo, todo esse processo estruturante teve como beneficiários a camada mais elitizada da população, o que deixou Curitiba longe de ser uma cidade democrática e igualitária. Mesmo com um Plano Diretor bem definido a parcela mais vulnerável da população foi repelida para as periferias, com condições, às vezes, abaixo do ideal, mostrando falhas no documento (CARVALHO e SUGAI, 2013).

2.2 AS OCUPAÇÕES IRREGULARES

A história das ocupações irregulares no Brasil tem mais de duzentos anos, e inicia-se com a chegada da Família Imperial Portuguesa ao país. Com a transferência da sede monárquica de Portugal para o Brasil, a corte, composta por nobres, empregados e ministros, se instalaram no centro do Rio de Janeiro, obrigando cerca de 30% da população a deixarem suas moradias e migrarem para áreas periféricas (FORNEL e COMETTI, 2018).

Junto com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, veio a modernização da cidade, porém, também trouxe um crescimento populacional rápido e desordenado, onde, famílias da elite de outros lugares do país, das Américas e da

própria Europa começaram a se instalar em regiões próximas da Família Imperial, devido ao *status* que isso trazia, marginalizando ainda mais as famílias menos abastadas. Trabalhadores de diversos lugares do Brasil também vieram em busca de melhor qualidade de vida, só que esses como não possuíam renda suficiente para adquirir um lugar próximo à coroa, engrossaram as periferias (FORNEL e COMETTI, 2018).

A abolição da escravidão, ao final do século XIX, resolvia umas das maiores vergonhas do país, visto que o Brasil foi o último país da América Latina a fazê-la, porém, aumentava o problema das ocupações, visto que essas pessoas ficaram sem perspectivas de trabalho ou de garantia de direitos.

“A extinção do regime escravocrata em 1888, sem a criação de políticas de inserção dos ex-escravos no mercado de trabalho ou de garantias básicas de sobrevivência (alimentação, moradia e saúde), gera migrações em massa para as cidades de desempregados e subempregados que, sem condições de comprar ou alugar moradias legais, se alojam em cortiços, antigos quilombos ou constroem moradias em áreas ilegais e desvalorizadas de morros, grotas e pântanos” (MAGALHÃES, 2010, p.1 *apud* FORNEL e COMETTI, 2018).

Resumindo, essas ocupações se tornaram a única alternativa para a falta de perspectiva da população menos abastada. Sendo esses locais a fonte de abrigo, de apoio entre seus moradores e símbolo de resistência e luta por dignidade.

As ocupações irregulares ainda é um tema atual, visto que famílias de baixa renda veem a maior parte de seus rendimentos ser destinado a aluguel, o que compromete a subsistência de seus membros, então encontram nesse caminho uma solução para os problemas financeiros.

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 6º, o acesso à moradia é um direito social.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além disso, afirma também que todo cidadão tem direito a um salário mínimo que seja suficiente para que a sua moradia seja garantida.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com **moradia**, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

E por fim, coloca como dever do Estado a garantia desse direito.

Art. 23º É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (EC nº 53/2006 e EC nº 85/2015)

IX – Promover programas de **construção de moradias** e a **melhoria das condições habitacionais** e de saneamento básico;

X – Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

Contudo, a falta de moradia ainda é um drama social no Brasil.

Segundo a Habitat Brasil [2022], organização da sociedade civil que atua para combater as desigualdades e garantir que pessoas em condição de pobreza tenham um lugar digno para viver, que atua no país desde 1992, com dados da última pesquisa da Fundação João Pinheiro, existia um déficit habitacional de 5,876 milhões de moradias em 2019. Nos dias atuais a situação pode ser ainda pior, visto que houve um aumento de 393% no número de pessoas despejadas no período de agosto de 2020 a maio de 2022, ou seja, período em que o mundo enfrentou momentos críticos de pandemia de COVID-19.

Em um contexto histórico, na década de 30 foi proposto pelo Estado uma política social de habitação, destinando muitas moradias ao aluguel. Já em 1946 a Fundação da Casa Popular foi criada com a finalidade de financiar habitações, porém, as ações não foram suficientes. Durante o período ditatorial a intervenção do poder público na criação de habitações foi grande, mas os investimentos não beneficiaram a camada da população mais carente. Com a extinção do Banco Nacional em 1986, até o final do século 20, não houve uma política habitacional duradoura (BARBOSA, 2012 *apud* FORTUNATO e SCHONARDIE, 2015).

Nos últimos anos algumas iniciativas do governo federal visaram a redução do déficit habitacional, a exemplo do programa Minha casa, minha vida ou o Casa

Verde e Amarela. Entretanto, os programas têm baixa eficácia no combate ao déficit habitacional, visto que as ofertas nem sempre atendem a população mais carente.

Devido às políticas públicas ineficientes surgiram várias organizações civis com objetivo de lutar pela garantia ao direito constitucional à moradia. Uma delas é o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), fundado em 1997 por pessoas que moravam em situações de risco, despejadas ou que não estavam conseguindo pagar os altos aluguéis. O movimento ocupa grandes terrenos abandonados há anos, que não cumprem a função social, de acordo com a Constituição Federal, e que usualmente são de proprietários que devem grandes quantias em impostos (MORAES, 2019).

2.2.1 Consequências das Ocupações Irregulares

É notório que o direito à moradia é garantido pela constituição, porém, é necessário que aspectos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos, sejam observados para que tal direito seja exercido de forma adequada e digna.

Geralmente a população de menor poder aquisitivo se estabelece em áreas de relevância do ponto de vista ambiental, em áreas com grande risco geológico ou de enchentes, deixando tais famílias suscetíveis aos desastres mistos, o que pode gerar danos materiais, ambientais e/ou humanos.

Além das consequências ambientais, as ocupações irregulares causam também o que é chamado de lógica invertida de planejamento urbano. A lógica do urbanismo focado nos interesses de todas as cidades segue a seguinte ordem:

1. Diagnóstico;
2. Diretrizes a serem seguidas para a elaboração do Plano Urbanístico;
3. Criação o Desenho Urbano;
4. Plano de Massa; e
5. O projeto do que será construído.

No caso das ocupações irregulares essa lógica se dá de forma invertida, o que causa um grande prejuízo urbanístico.

Sem a sustentabilidade necessária na ocupação do solo por meio da implementação de uma infraestrutura básica, as comunidades carentes têm um acesso limitado aos serviços públicos básicos, como saúde, educação, saneamento, transporte, entre outros, passando a viver à margem da sociedade.

Segundo a resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Além disso, tal situação também colabora no agravamento da questão de segurança pública, visto que colabora para o aumento da violência urbana.

Diante disso o poder público, dentro de suas atribuições, deve priorizar a adoção de medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável das cidades e ao atingimento de suas funções socioambientais, evitando as graves consequências advindas de um planejamento urbano inadequado ou inexistente.

2.2.2 Regularização Fundiária Urbana

De acordo com a Lei nº 13.465/2017, a REURB - Regularização Fundiária Urbana é um conjunto de medidas jurídicas, sociais, urbanísticas e ambientais para regularizar núcleos urbanos informais consolidados, integrando-os às cidades e titulando os ocupantes.

Existem duas modalidades de REURB e o procedimento de regularização depende da definição de uma entre as duas:

- REURB-S – Regularização Fundiária de Interesse Social: Aplica-se aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Público Municipal.

Independente da dominialidade da área, os custos recaem sobre o Poder Público.

- REURB-E – Regularização Fundiária de Interesse Específico: Aplica-se aos demais casos.

Nessa modalidade a regularização fundiária será contratada e custeada por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados. Quando se tratar de áreas públicas, havendo interesse público, o

Município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização e da implantação da infraestrutura, com posterior cobrança de seus beneficiários.

A solicitação da REURB pode ser feita pela União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; o seus beneficiários individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações e algumas organizações sociais; por proprietário de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; a Defensoria Pública, em nome de beneficiários hipossuficientes; e pelo Ministério Público.

Os Municípios têm o poder de aprovar ou não a REURB, e em caso de indeferimento ao pedido, o mesmo deve indicar as medidas a serem adotadas para uma eventual reformulação e reavaliação.

Com a regularização fundiária, é possível que problemas como parcelamento irregular do solo; falta de infraestrutura essencial; ausência de propriedade formal dos ocupantes; e irregularidades urbanísticas e ambientais sejam solucionados. Além de trazer vários benefícios ao Município, visto que, com o cadastro imobiliário atualizado, as políticas públicas podem ser planejadas de forma mais adequada, também há o aumento de arrecadação municipal, por meio do IPTU, ITBI, ISS, entre outros.

Após a regularização, os logradouros, quadras e lotes passam a ter denominações, facilitando a localização dos endereços, além de valorizar os imóveis devido a implantação de infraestrutura e benfeitorias.

Por fim, a REURB resulta em melhorias das condições de acesso a serviços públicos essenciais e de cidadania, impulsiona a economia e reduz os conflitos fundiários urbanos, garantindo maior segurança jurídica aos cidadãos (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, [S.D.]).

2.2.2.1 Regularização fundiária em Curitiba

Em Curitiba a regularização fundiária é feita por meio da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB), uma sociedade mista criada em maio de 1965, tendo como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Curitiba, sendo responsável pela execução da política habitacional do município de Curitiba (COHAB-CT, c2022).

A Companhia está voltada com prioridade para o atendimento das camadas mais carentes da população, dedicando atenção especial aos projetos de urbanização de vilas, reassentamentos de famílias em situação de risco ou insalubridade e regularização fundiária de áreas irregulares (COHAB-CT, c2022).

O Plano Diretor de Curitiba, aprovado pela Lei nº. 14.771/2015, que "Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município", determinou a elaboração de sete Planos Setoriais, cada um deles abordando Políticas Públicas específicas, dentre eles, os Plano Setorial de Habitação e Regularização Fundiária (PCM, 2020).

O Plano Municipal de Habitação e Regularização Fundiária é datado de 2008, contudo, existe uma versão preliminar com algumas modificações com data de 2020 que tem a finalidade de cumprir o determinado pelo Plano Diretor como também atualizar o conteúdo do Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente e Plano Municipal de Habitação e Habitação de Interesse Social, ambos elaborados em 2007 e 2008 respectivamente, que tinham o horizonte do ano de 2020, essa nova versão do plano está em fase de aprovação pelo Conselho da Cidade de Curitiba - Concitiba (PCM, 2020).

De acordo com PMC (2020), o Plano Municipal de Habitação e Regularização Fundiária tem como objetivo principal ser um marco referencial para a política habitacional do Município, visando de atingir metas ao que se refere a Habitações de Interesse Social – HIS que são:

- Captar recursos federais por meio da participação no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e subsídios à população de menor renda;
- Estimular a produção habitacional pela iniciativa privada para o atendimento das necessidades do conjunto da população, com destaque para a habitação de interesse social
- Promover o cumprimento da função social da propriedade por meio da adoção de instrumentos de política urbana para obter maior controle de uso e ocupação do solo,
- Estabelecer normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e parâmetros para edificação em assentamentos de interesse social,

regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de menor renda,

- Definir níveis de prioridade para a regularização fundiária e urbanização de áreas de ocupação irregular, adequando-as aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos e incluindo-os no contexto da cidade formal,
- Diversificar as formas de acesso à moradia, tanto nos produtos quanto na forma de comercialização com vistas à redução do déficit habitacional, atendimento de novas demandas da população fora do mercado imobiliário e de acordo com as características socioeconômicas das famílias beneficiadas,
- Promover a ocupação do território urbano de forma harmônica, em diferentes áreas e integrado ao ambiente natural com prioridade de aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura, não utilizadas ou subutilizadas,
- Promover a realocação de moradores de locais impróprios ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o meio ambiente degradado,
- Assegurar assistência técnica e jurídica para a comunidade de baixa renda de ocupações irregulares, visando à regularização da ocupação,
- Integrar a política municipal de habitação às demais políticas públicas, federal e estadual com ênfase nas de desenvolvimento social e econômico, de desenvolvimento urbano, de mobilidade e de proteção ao meio ambiente,
- Assumir uma visão regional da problemática habitacional, buscando maior integração com os municípios metropolitanos e as instâncias estadual e federal na proposição e execução de soluções comuns, visando à otimização de recursos disponíveis,
- Estabelecer canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada na formulação, implementação e controle da aplicação dos recursos da política habitacional e nos seus programas específicos,

- Promover a melhoria da capacidade de gestão municipal dos planos, programas e projetos habitacionais de interesse social,
- Buscar autossuficiência dos programas habitacionais, propiciando o retorno financeiro dos recursos aplicados, respeitadas as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas,
- Adotar mecanismos de acompanhamento e indicadores para avaliação das políticas, planos e programas do setor habitacional, ampliar a capacidade de atendimento com moradia para famílias de baixa renda contribuindo para a melhoria dos indicadores socioeconômicos dos moradores,
- Inibir novas ocupações irregulares em áreas impróprias como áreas de preservação ambiental, áreas de risco e áreas públicas e elaborar estudos específicos para promoção de habitação em áreas de renovação urbana (PCM, 2020).

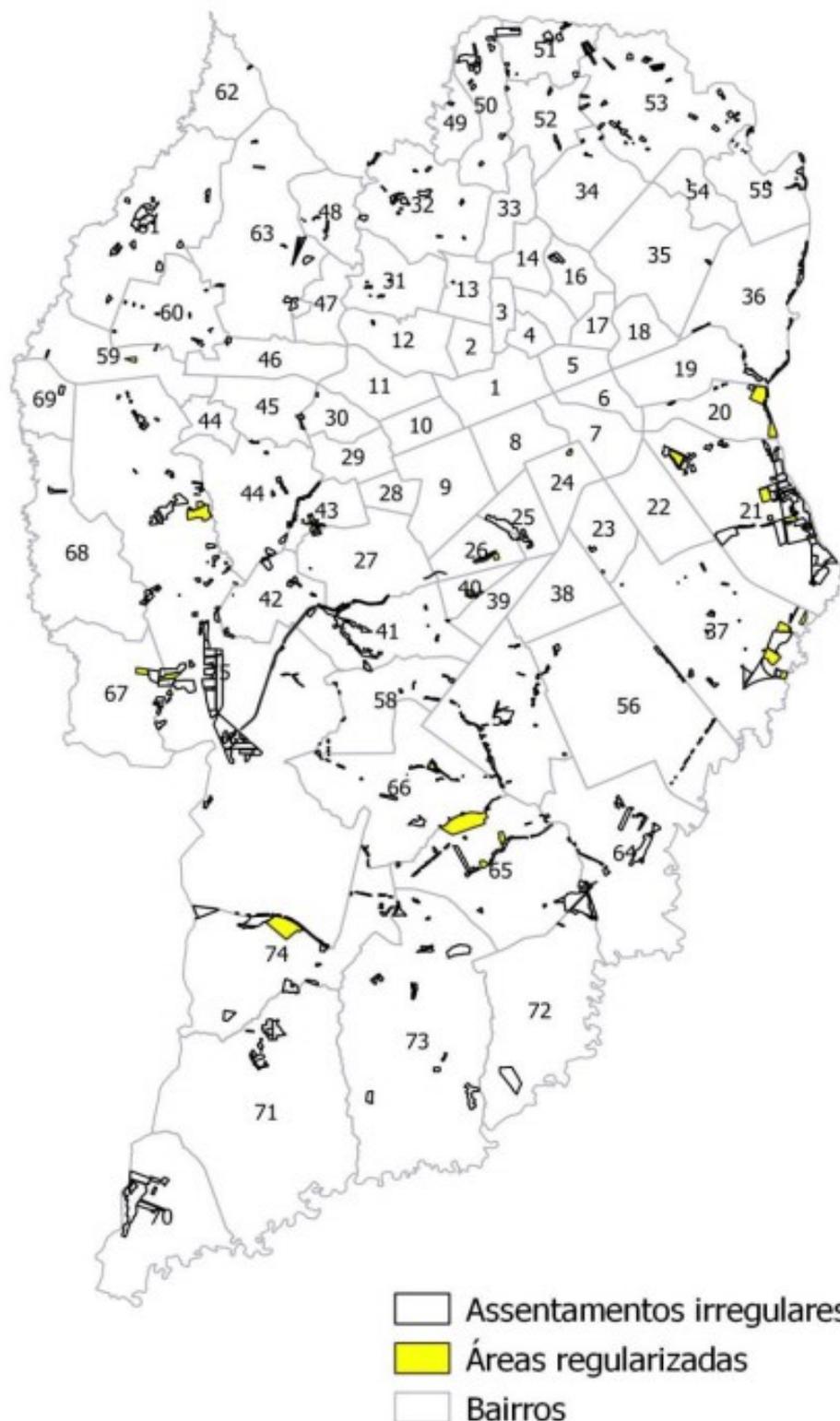
Segundo dados levantados pelo IPPUC em conjunto com a COHAB, entre 2008 e 2016 houve regularização total de 53 assentamentos irregulares em Curitiba (Figura 2) (PCM, 2020).

Entre esses assentamentos está a Vila Terra Santa, localizada no Bairro Tatuquara, e que é objeto deste estudo.

Figura 2 - Mapa das áreas regularizadas entre 2008 e 2016

BAIRROS

- 1 CENTRO
- 2 SÃO FRANCISCO
- 3 CENTRO CÍVICO
- 4 ALTO DA GLÓRIA
- 5 ALTO DA RUA XV
- 6 CRISTO REI
- 7 JARDIM BOTÂNICO
- 8 REBOUÇAS
- 9 ÁGUA VERDE
- 10 BATEL
- 11 BIGORRILHO
- 12 MERCÊS
- 13 BOM RETIRO
- 14 AHÚ
- 15 JUVEVÊ
- 16 CABRAL
- 17 HUGO LANGE
- 18 JARDIM SOCIAL
- 19 TARUMÃ
- 20 CAPÃO DA IMBUIA
- 21 CAJURU
- 22 JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23 GUABIROTUBA
- 24 PRADO VELHO
- 25 PAROLIN
- 26 GUÁIRA
- 27 PORTÃO
- 28 VILA IZABEL
- 29 SEMINÁRIO
- 30 CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31 VISTA ALEGRE
- 32 PILARZINHO
- 33 SÃO LOURENÇO
- 34 BOA VISTA
- 35 BACACHERI
- 36 BAIRRO ALTO
- 37 UBERABA
- 38 HAUER
- 39 FANNY
- 40 LINDÓIA
- 41 NOVO MUNDO
- 42 FAZENDINHA
- 43 SANTA QUITERIA
- 44 CAMPO COMPRIDO
- 45 MOSSUNGUÊ
- 46 SANTO INÁCIO
- 47 CASCATINHA
- 48 SÃO JOÃO
- 49 TABOÃO
- 50 ABRANCHES
- 51 CACHOEIRA
- 52 BARREIRINHA
- 53 SANTA CÂNDIDA
- 54 TINGUI
- 55 ATUBA
- 56 BOQUEIRÃO
- 57 XAXIM
- 58 CAPÃO RASO
- 59 ÓRLEANS
- 60 SÃO BRAZ
- 61 BUTIATUVINHA
- 62 LAMENHA PEQUENA
- 63 SANTA FELICIDADE
- 64 ALTO BOQUEIRÃO
- 65 SÍTIO CERCADO
- 66 PINHEIRINHO
- 67 SÃO MIGUEL
- 68 AUGUSTA
- 69 RIVIERA
- 70 CAXIMBA
- 71 CAMPO DE SANTANA
- 72 GANCHINHO
- 73 UMBARÁ
- 74 TATUQUARA
- 75 CIDADE INDUSTRIAL



Fonte: IPPUC/COHAB [s.d.] apud PMC, 2020
 Elaboração: IPPUC – Monitoração, 2020

2.3 VILA TERRA SANTA

A vila Terra Santa era uma ocupação irregular iniciada em 1999 em área particular de 288 mil metros quadrados, com topografia acidentada e restrição ao uso habitacional. A área, cortada por linha de alta tensão e via férrea, abriga duas nascentes de água e pequenos córregos. A ocupação surgiu de forma espontânea e desorganizada (PMC, 2017).

Muitas famílias construíram suas casas junto aos córregos, nas partes mais baixas do terreno, em locais sujeitos a alagamentos. A infraestrutura local era inexistente, com redes clandestinas de água e energia elétrica, sem qualquer saneamento. A população apresentava todos os indicadores associados à vulnerabilidade social: renda de, no máximo, dois salários mínimos; baixa escolaridade; ausência de qualificação profissional; e trabalho precário (PMC, 2017).

O projeto de urbanização foi desenvolvido em três frentes: o reassentamento de famílias que viviam em situação de risco e/ou insalubridade, a melhoria das condições de moradia para as famílias que estavam onde não havia restrições ao uso habitacional, com titulação dos lotes, e a recuperação ambiental de áreas degradadas (PMC, 2017).

A área de onde saíram as famílias recebeu 2,5 km de ciclovia, dez canchas esportivas, três parquinhos infantis, além da recomposição da vegetação. Foram recuperados 62 mil metros quadrados de área e plantadas 190 árvores de espécies nativas (PMC, 2017).

O processo de regularização da vila Terra Santa levou doze anos para ser concluído, e, em sua fase final, SILVA (2013) avaliou a comunidade com o objetivo de identificar as influências socioambientais que auxiliam na melhoria da qualidade ambiental em processos de regularização fundiária, por meio dos Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana - IQAU.

Atualmente o processo de urbanização ainda é crescente na região, repercutindo diretamente no meio ambiente e na qualidade de vida da comunidade, daí a importância de avaliações contínuas, permitindo aos gestores municipais adequar as políticas públicas a cada nova situação, proporcionando melhorias de forma contínua na qualidade de vida da população.

2.4 QUALIDADE AMBIENTAL URBANA – QAU

O Conceito de Qualidade Ambiental Urbana se dá pela concomitância entre a qualidade de vida da população e a qualidade ambiental na área em que ela está inserida e seus entornos.

É comum o termo qualidade de vida ser relacionado somente ao nível socioeconômico, porém o tema é bem mais abrangente, compreendendo vários outros aspectos como o estado emocional, a saúde, os valores culturais, étnicos e religiosos, a interação social, a satisfação com seu dia a dia e com o ambiente em que se vive.

Para a OMS, a definição de qualidade de vida é “a percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

A qualidade de vida está intimamente ligada à qualidade ambiental, visto que não há vida sem o meio ambiente. Dessa forma é necessário que haja equilíbrio na relação entre homem e natureza (BENINI e ROSIN, 2017).

Sendo os recursos ambientais finitos, fica evidente a necessidade de ser imposto limites para o seu uso. Dessa forma, a economia mundial vem se transformando em busca de uma nova ética ambiental, revendo conceitos de sustentabilidade e implementando inovações tecnológicas a fim de atingir novamente o equilíbrio, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida às pessoas.

O Brasil deu um grande passo para restabelecer a harmonia entre homem e natureza, dedicando um capítulo para a temática meio ambiente, ressaltando a importância do desenvolvimento sustentável.

A Constituição Brasileira em seu art. 225º dispõe que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

É fato que o mesmo é um direito fundamental ou inerente à pessoa humana, de tal forma que sem este equilíbrio fica impossível à vida na terra, e, portanto, pode-

se concluir que as intervenções antrópicas no meio são determinantes na construção do conceito de qualidade ambiental urbana (BENINI e ROSIN, 2017).

À medida que as cidades se expandem, devido ao processo de urbanização, a problemática ambiental se agrava, já que as cidades concentram cada vez mais a maior parte da população do planeta. A partir desse cenário, é possível compreender a importância que assume a preocupação com a qualidade ambiental urbana, vista como elemento fundamental para o alcance da melhoria da qualidade de vida do homem urbano (GOMES e SOARES, 2004).

A elevada densidade demográfica, a concentração de áreas construídas, a pavimentação asfáltica e as áreas industriais podem provocar alterações climáticas.

Segundo Lombardo (1985, p.18) *apud* Gomes e Soares (2004), o descontrole processual em que se dá o uso do solo dificulta tecnicamente a implantação de infraestrutura, produz altos custos de urbanização e gera desconforto ambiental em diversos níveis, o que contribui para uma contaminação ambiental que resulta em um ambiente desagradável para o convívio humano.

Só é possível alcançar a qualidade ambiental urbana em assentamentos humanos diante da consonância entre a ordem econômica e o contexto sociocultural, de modo a equacionar a apropriação dos bens materiais (BENINI e ROSIN, 2017).

Para atingir um padrão de qualidade é necessário um conjunto de requisitos e especificações, que forneçam diretrizes para o resultado desejado, levando em consideração que só é possível conceber um ambiente de “boa qualidade” desde que este apresente satisfação pessoal ao homem, em todas as dimensões da vida humana.

Segundo Ribeiro e Vargas (2004, p. 13-15) *apud* Benini e Rosin (2017) a qualidade ambiental urbana “envolve uma série de questões de cunho subjetivo, político e ético”, bem como está ligada a dois outros conceitos: ao “ecossistema urbano” e ao conceito de “qualidade de vida”, bem como apontam alguns fatores que interferem na definição da qualidade ambiental urbana (Tabela 3).

Tais fatores são parâmetros para poder avaliar a qualidade ambiental urbana de uma determinada localidade, e é essa avaliação que torna possível definir quais as intervenções a serem feitas para garantir o equilíbrio das relações sem afetar a funcionalidade e a organização do espaço urbano.

Tabela 3 - Componentes da Qualidade Ambiental Urbana

Espaciais	Bem-estar: vegetação, espaço abertos, tranquilidade Acessibilidade: sistema viário, transporte Desenho Urbano: elementos visuais, monotonia, informação Referenciais: orientação, história, marcos Uso/ocupação do Solo: densidade, conflito de usos, segregação
Biológicas	Saúde Física: saneamento, insolação, ruídos, qualidade do ar Saúde Mental: estresse, congestionamentos, solidão, reclamações Segurança: trânsito, edificações, marginalidade
Sociais	Organização: comunitária, de classe, associações Realização Pessoal: amizade, afeto, reconhecimento Contatos: encontros, privacidade, solidariedade Atividades: lazer, recreação, cultura, compras Realização profissional: mobilidade, oportunidades Acesso e opções: moradia, trabalho, serviços urbanos, transporte
Econômicas	Oportunidade: emprego, trabalho, negócios Problemas da aglomeração: trânsito, custo de vida, competição Diversidade: escolhas

Fonte: BENINI E ROSIN, 2017 *apud* RIBEIRO E VARGAS, 2004, p. 18

Lembrando que as variáveis utilizadas para definir o padrão de qualidade de um determinado espaço não é um conceito engessado, já que é preciso levar em consideração o ponto de vista de cada cidadão sobre o conceito de qualidade de vida.

2.4.1 Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana – IQAU

A ocupação irregular do solo representa um dos principais problemas urbanos do país, a qual ocorre através de invasões, loteamentos clandestinos, irregulares e/ou grilados, resultando em diversos impactos para a natureza e para a sociedade (ALVES e LOTOSKI, 2018).

De acordo com Pinto (2003) *apud* Alves e Lotoski (2018), os loteamentos clandestinos são construídos à margem da legislação ambiental, urbanística, penal e civil, onde são abertas ruas, demarcando lotes sem qualquer controle do poder público.

Devido a essa falta de controle, o poder público necessita interferir na organização do espaço após a ocupação. Essa é uma tarefa difícil, visto que não se pode levar em conta somente a paisagem urbanística e natural, mas também a ideia de qualidade de vida de cada família pertencente àquela comunidade.

A partir disso, foi pensado na Qualidade Ambiental Urbana, tema recente que auxilia a estruturar essas ocupações de modo a garantir um meio ambiente estável e estruturar a vida da população, pois permite, por meio de indicadores pré-estabelecidos, compreender e avaliar os espaços, visto que os objetivos de um sistema de indicadores devem não apenas contemplar o interesse do poder público em avaliar a eficiência e eficácia das políticas adotadas, mas também ser um instrumento de cidadania, na medida em que informem aos cidadãos o estado do meio ambiente e da qualidade de vida (BORJA, 1997).

Segundo Junior e Amorim (2009) a inserção dos aspectos ambientais nos processos de planejamento urbano baseia-se no entendimento de que, é possível gerar melhoria na qualidade de vida através da melhoria na qualidade ambiental; esta, por sua vez, é alcançada através da realização de processos de planejamento ambientalmente adequados, capazes de considerar de forma objetiva os aspectos do meio físico.

Percebendo a importância da relação humana com a natureza, a Agenda 21 – documento elaborado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO/92 – destacou como ponto relevante a promoção de assentamentos sustentáveis. Ainda dentro dessa preocupação, o Plano Nacional de Saúde e Desenvolvimento Sustentável refere-se de forma enfática à necessidade de se estruturar um sistema de informação, com enfoque quantitativo e qualitativo, capaz de auferir através de indicadores “(...) as condições de saúde e ambientais, inclusive intra-urbanas, com a finalidade de subsidiar o estabelecimento de necessidades e de definir intervenções apropriadas” (COPASAD: 1995, 60 p). Assim, embora a qualidade ambiental urbana se coloque como um tema atual, ainda necessita de pesquisas que estabeleçam qual a metodologia mais indicada para a sua avaliação (BORJA, 1997).

A importância desse tema está explicitada também na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/81), considerada uma das mais avançadas do mundo, a qual já incorpora uma preocupação com relação à QAU. No Inciso VII do Art. 2º da Lei é estabelecido como princípio da política “(...) o acompanhamento do estado de

qualidade ambiental”. Segundo o Inciso II do Art. 4º, a política visa “(...) à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico”. No Inciso III do mesmo artigo são estabelecidos critérios e padrões de qualidade ambiental. Por fim, o Inciso VII do Art. 8º estabelece como competência do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente “(...) o estabelecimento de normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente hídricos” (BORJA, 1997).

O monitoramento da qualidade ambiental por meio de indicadores permite trabalhar com informações já disponíveis e fazer o levantamento de novos dados, que devem ser organizados de maneira que possibilitem estabelecer comparações. A análise de um critério em diferentes momentos, seguindo o mesmo parâmetro de avaliação, permite o monitoramento, e por consequência, o diagnóstico de qualidade ambiental, estabelecendo a melhora ou piora da qualidade ambiental para o referido critério (SILVA, 2013).

Vale ressaltar que os indicadores ambientais utilizados são característicos de cada área a ser estudada; logo, a definição de quais serão os indicadores a serem considerados depende de quais são os problemas presentes em cada área (JUNIOR e AMORIM, 2009).

3 METODOLOGIA

Na pesquisa feita por Silva (2013), o objetivo foi identificar as influências socioambientais que auxiliam na melhoria da qualidade ambiental em processos de regularização fundiária. O estudo de caso foi realizado na Vila Terra Santa, região que passou por um processo de regularização fundiária, localizada no bairro Tatuquara no Município de Curitiba.

No estudo de Silva (2013), primeiro foi realizada a caracterização da área por levantamento histórico da ocupação a partir de dados secundários, que puderam ser obtidos por levantamento em instituições, revisões documentais (jornais, revistas, internet) e dados primários a partir de entrevistas com técnicos que tiveram interface com o objeto de estudo. Estes dados secundários puderam ser levantados em instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Ministérios das Cidades - MCID, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Governo do Estado do Paraná e suas respectivas Secretarias, Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC, Institutos de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, universidades, entre outros.

Para este estudo os dados foram extraídos da base no Cadastro Único do Governo Federal, assim como da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), Urbanização de Curitiba S.A. (URBS), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná (SESP-PR), Secretarias Municipal e Estadual de Educação (SME / SEED), Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) e Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP), que por meio da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), não sendo realizadas entrevistas.

Os dados primários foram obtidos Silva (2013), por meio de entrevistas realizadas com informantes qualificados, tanto da gestão pública (assistentes sociais, engenheiros e arquitetos funcionários da COHAB) como da população (lideranças comunitárias e moradores) residentes da Vila Terra Santa. Para contribuir com a coleta dos dados primários ocorreram duas visitas técnicas (nos dias 19/01/2013 e 21/02/2013) no local do assentamento, que permitiram a observação e a confirmação

dos dados secundários, além do reconhecimento, em função de conversas informais com os moradores, das reais necessidades da comunidade.

Para identificar as variáveis que influenciam na regularização fundiária e na melhoria na qualidade ambiental do local, foi realizada uma avaliação dos Indicadores da Qualidade Ambiental Urbana – IQAU, baseada na metodologia proposta por Borja (1997), a fim de mensurar a Qualidade Ambiental Urbana local (SILVA, 2013).

Segundo Silva (2013), a metodologia utilizada para a avaliação da QAU considerou oito categorias de análise. O sistema de indicadores proposto por Borja (1997) não é só composto por categorias de análises, mas também por variáveis e indicadores que, uma vez ponderados e agregados, produzem os índices parciais por categoria e por fim o índice de QAU, utilizando cálculos de médias ponderadas, contudo para este estudo os indicadores foram adaptados para que se tornassem pertinentes ao objeto de pesquisa.

Categorias de Análise:

1. Moradia;
2. Saneamento;
3. Infraestrutura urbana;
4. Serviços urbanos;
5. Infraestrutura social e cultural;
6. Conforto do ambiente;
7. Paisagem urbana; e
8. Cidadania.

Na categoria de análise MORADIA, por exemplo, considerou-se a importância de quantificar dentre os moradores do local a situação dos domicílios em relação ao sentimento de pertença, no início da ocupação e após a intervenção da COHAB-CT. Na mesma categoria foram avaliados a tipologia construtiva e o conforto da habitação. Essa avaliação buscou compreender a organização espacial da cidade, contribuindo para as ações de planejamento urbano na identificação de problemas (SILVA, 2013).

Na categoria de análise SANEAMENTO considerou-se um levantamento quantitativo do abastecimento de água em relação ao consumo per capita e a regularidade do serviço; quantificou-se a extensão da cobertura da rede de abastecimento de água, assim como, a extensão da rede de esgotamento sanitário. Além dos itens anteriores, considerou-se o fato da Vila ser contemplada por elementos

de drenagem urbana; ser atendida por limpeza urbana, no que tange os serviços de varrição ofertados pela Prefeitura do Município e ser atendida por coleta de resíduos sólidos em caminhão compactador ou em caçamba estacionária, além da frequência destas coletas (SILVA, 2013).

Para categoria de análise INFRAESTRUTURA URBANA realizou-se levantamento em relação à cobertura da rede de energia elétrica e o consumo per capita, o atendimento e a qualidade da iluminação pública, a extensão do loteamento contemplado por pavimentação e calçada, bem como o estado de conservação das mesmas (SILVA, 2013).

Na categoria de análise de SERVIÇOS URBANOS considerou-se a existência de abastecimento comercial básico como: mercado, panificadora, lojas de roupa, material de construção, papelaria e distribuidoras de gás; abastecimento de serviços como: bancos, instituições religiosas, lotéricas e chaveiros; bem como a existência de telefone público; transporte coletivo, conforme as linhas de atendimento do loteamento e distâncias de pontos de ônibus; agências do correio e atendimento residencial de entrega de correspondências (SILVA, 2013).

Para a categoria de análise INFRAESTRUTURA SOCIAL/CULTURAL levou-se em consideração a existência de áreas de lazer e cultura e a existência e capacidade de atendimento em relação à saúde e educação (SILVA, 2013).

A análise do CONFORTO DO AMBIENTE refere-se ao lançamento de efluentes e resíduos sólidos em corpos hídricos ou diretamente no solo (SILVA, 2013).

A análise da PAISAGEM URBANA considerou a existência de arborização viária, sinalização vertical e áreas verdes no entorno do loteamento (SILVA, 2013).

Para a categoria de CIDADANIA, a segurança pública foi analisada em relação à taxa de homicídios no Bairro Tatuquara, comparado com a taxa de homicídios no mesmo ano ao da Capital. A presença de bancas de revistas e grupos organizados também foram avaliadas, pois garantem acesso à informação e a organização popular, munindo a população de conhecimento sobre seus direitos e deveres, o que permite com que se tornem agentes transformadores do ambiente (SILVA, 2013).

Na tabela 4 são apresentados os parâmetros utilizados na avaliação de cada índice referente ao indicador, que está dado em porcentagem (valores atribuídos de 0 a 100%) (SILVA, 2013).

Tabela 4 - Indicadores de melhor QAU e respectivos percentuais.

CATEGORIA DE ANÁLISE	VARIÁVEL	INDICADORES DE MELHOR QAU	PERCENTUAIS (DE 0 A 100%)
MORADIA	Situação do domicílio	Imóvel ser próprio ou alugado.	100%
	Tipologia construtiva	Moradias de alvenaria/tijolos.	100%
	Conforto	Número de habitantes por domicílio abaixo da média em relação à Capital.	Para valores na média = 50%; para valores abaixo da média = 100%; para valores acima da média = 0%
SANEAMENTO	Abastecimento de água – consumo	Consumo de água <i>per capita</i> superior a 100l/hab/dia, para residências de padrão popular, conforme o Manual de Projetos Hidrossanitários da SANEPAR.	Para valores na média = 50%; para valores acima da média = 100%; para valores abaixo da média = 0%
	Cobertura	Atendimento da totalidade de domicílios pela rede da SANEPAR.	100%
	Regularidade do serviço	24 h/dia	Para 24h/dia = 100%; para Todo Dia = 75%; para 3 a 4 vezes/semana = 50%; para 3 a 4 vezes/mês = 25%
	Esgotamento Sanitário	Atendimento da totalidade de domicílios com rede de esgoto ou fossa séptica.	100%
	Drenagem urbana	Existência dos elementos de drenagem urbana.	100% para existência - 0% para inexistência
	Estado da rede de drenagem urbana	Bom a ótimo.	Ótimo 9 = 100% - Bom 6,5 = 72,3% - Regular 4,5 = 50% - Péssimo 2,5 = 27,7%
	Limpeza urbana	Rua limpa.	100% para existência - 0% para inexistência
	Tipo de coleta	Atendimento da totalidade de domicílios com coleta em caminhão compactador ou coleta estacionária em ponto definido pela SMMA.	100%
	Frequência da coleta	Diária e Alternada.	Para Diária ou Alternado = 100%; para 1 vez/semana = 75%; para 1 vez/mês = 50%; para Esporádica = 25%

	ENERGIA ELÉTRICA	CONSUMO DE ENERGIA/HAB./MÊS.	PARA VALORES NA MÉDIA = 50%; PARA VALORES ACIMA DA MÉDIA = 100%; PARA VALORES ABAIXO DA MÉDIA = 0% 43
INFRAESTRUTURA URBANA	Cobertura	Atendimento da totalidade de domicílios com rede COPEL.	100%
	Iluminação pública	Bom a ótimo	Ótimo 9 = 100% - Bom 6,5 = 72,3% - Regular 4,5 = 50% - Péssimo 2,5 = 27,7%
	Pavimentação das vias	Atendimento da totalidade das vias do loteamento c/ asfalto, paralelepípedo.	100%
	Pavimentação das vias – estado	Bom a ótimo	Ótimo 9 = 100% - Bom 6,5 = 72,3% - Regular 4,5 = 50% - Péssimo 2,5 = 27,7%
	Calçadas	Atendimento da totalidade das vias do loteamento c/ calçadas de paralelepípedo/paver/bloquetes, placa de concreto/grama, asfalto.	100%
	Calçadas – estado	Bom a ótimo	Ótimo 9 = 100% - Bom 6,5 = 72,3% - Regular 4,5 = 50% - Péssimo 2,5 = 27,7%
	SERVIÇOS URBANOS	Abastecimento comercial	Existência
Abastecimento de serviço		Existência	Existência de: Banco; Instituições Religiosas; Lotérica; Chaveiro - 100% para 4 itens - 75% para 3 itens - 50% para 2 itens - 25% para 1 item - 0% para 0 item
Correio		Atendimento da totalidade de domicílios com por correio porta-porta e existência de agências de correio.	100%
Telefone público		Existência.	100% para existência - 0% para inexistência

	Transporte	Linhas de ônibus atendendo dentro do loteamento e distância ótimo de ponto de ônibus < 300m.	Para distâncias < 300m Bom = 100%; para distâncias 300-500m Regular =50%; para distâncias > 500 Ruim = 0%
INFRAESTRUTURA SOCIOCULTURAL	Saúde	Existência.	100% - Existência com relação a capacidade e o número de habitantes - Atendimento total do público alvo 100%; Atendimento parcial 50%; Sem atendimento 0%
	Educação	Existência	Existência de: Ensino Infantil; Ensino Fundamental 1; Ensino Fundamental 2; Ensino Médio - 100% para 4 itens - 87,5% na existência de todos os itens, mas atendimento parcial - 75% para 3 itens - 62,5% para a existência de 3 itens, mas com atendimento parcial - 50% para 2 itens - 37,5% para existência de 2 itens, mas com atendimento parcial - 25% para 1 item - 12,5% para existência de 1 item, mas com atendimento parcial - 0% para nenhum
	Lazer	Existência	100% para existência - 0% para inexistência
	Cultura	Existência	100% para existência - 0% para inexistência
CONFORTO DO AMBIENTE	Água	Não lançamento de efluentes e resíduos em corpos hídricos.	0% para existência - 100% inexistência
PAISAGEM URBANA	Arborização	Atendimento da totalidade das vias do loteamento c/ arborização.	Para valores na média = 50%; para valores acima da média = 100%; para valores abaixo da média = 0%
	Sinalização	Existências de vias c/ sinalização.	100% para existência - 0% para inexistência
	Áreas verdes	Índice de área verde acima de 8m ² /hab. conforme determinação do IBAMA	100% para existência - 0% para inexistência
CIDADANIA	Segurança pública	Taxa de homicídios.	Para valores na média = 50%; para valores abaixo da média = 100%; para valores acima da média = 0%
	Informação	Presença de Bancas de revista	100% para existência - 0% para inexistência
	Organização popular	Presença de grupos organizados	100% para existência - 0% para inexistência

Fonte: SILVA, 2013, baseado em BORJA, 1997

Complementado os parâmetros relacionados na tabela 4, considerou-se em relação ao conforto do ambiente o não lançamento de efluentes e resíduos sólidos nos corpos hídricos como indicador positivo da qualidade ambiental, classificando em existência (0%) ou não desta prática (100%) (SILVA, 2013).

Na categoria de Infraestrutura Urbana, como pavimentação das vias e calçadas e na categoria de Paisagem Urbana, a arborização viária foi quantificada em metro linear em relação ao total da extensão linear das vias do loteamento. Os Serviços Urbanos também foram avaliados com relação às distâncias em metro linear em relação aos pontos de ônibus. Neste caso, foi considerada como situação ideal a distância inferior a 300m (100%), regular entre 300 e 500m (50%) e situação inadequada quando superior a 500m (0%) (PIANUCCI, 2011 *apud* SILVA, 2013).

Para abastecimento comercial e de serviço foram considerados itens de necessidade básica que deveriam existir no loteamento ou de fácil acesso aos moradores. A inexistência de cada item definido diminui a qualidade dos serviços urbanos. De forma semelhante foi tratada a saúde em relação à existência de Unidades Básicas de Saúde para o atendimento do contingente populacional da Vila. Quanto ao acesso à educação, foi considerada necessidade primordial o acesso ao ensino infantil, ao ensino fundamental de 1º ao 5º e do 6º ao 9º ano, e o acesso ao ensino médio. Para tanto a inexistência ou a falta de acesso diminui o índice de qualidade em Infraestrutura Social/Cultural (SILVA, 2013).

As variáveis de existência de iluminação pública e, do estado de conservação das vias pavimentadas, calçadas e bocas de lobo foram correlacionadas aos conceitos de “péssimo”, “regular”, “bom” e “ótimo”, em uma escala de 0 a 9 respectivamente (SILVA, 2013).

Os indicadores foram utilizados de forma espaço-temporal para analisar a Qualidade Ambiental Urbana – QAU no início da intervenção da COHAB – CT e após a regularização da área contabilizando as melhorias realizadas (SILVA, 2013).

A tabela a seguir (Tabela 5), estão apresentadas as categorias de análise, suas respectivas variáveis, bem como os indicadores utilizados e as ponderações realizadas para o embasamento da avaliação.

Tabela 5 - Categoria de análise, variáveis propostas e indicadores da QAU.

CATEGORIA DE ANÁLISE	VARIÁVEL	INDICADORES DE QAU	PESOS - ÍNDICES PARCIAIS	PESOS - ÍNDICES FINAIS
MORADIA	Situação do domicílio	% de ocupantes de imóvel Próprio	4	4
		% de ocupantes de imóvel Alugado		
	Tipologia construtiva	% de moradias com Tijolo/Alvenaria	4	
	Conforto	Nº de hab./domicílio	3	
SANEAMENTO	Abastecimento de água - consumo	Consumo de água per capita	2,5	5
		Cobertura	% de domicílios com rede da SANEPAR e hidrômetro individual	
	% de domicílios com rede da SANEPAR e torneira comunitária		2	
	Regularidade do serviço	% de domicílios com rede 24h/dia	2	
	Esgotamento sanitário	% de domicílios com fossa séptica	2	
		% de domicílios com/ rede de esgoto		
	Drenagem urbana	% de vias com canaleta	1	
		% de vias com galeria		
		% de vias com canal		
		% de vias com galeria		
	Estado da rede	% de bocas de lobo em bom estado	1,5	
	Limpeza urbana	% de vias limpas	4	
		Disposição de lixo no loteamento	4	
Tipo de coleta	% de domicílios com coleta em caminhão compactador	3,5		
	% de domicílios com coleta estacionária em ponto definido pela SMMA			
Frequência da coleta	% de domicílios com coleta diária	4		
	% de domicílios com coleta alternada			
INFRAESTRUTURA URBANA	Energia elétrica - cobertura	% de domicílios com rede	4,5	3
	Energia elétrica - consumo	Consumo de energia/hab./mês	4,5	
	Iluminação pública	% de vias c/ boa/ótima iluminação	2,5	
	Pavimentação das vias	% de vias c/ asfalto	4	
		% de vias c/ paralelepípedo		
Pavimentação das vias - estado	% de vias em bom/ótimo estado	4,5		

	Calçadas	% de calçadas com paralelepípedo/paver/bloquetes	3	
		% de calçadas com placa de concreto/grama		
		% de calçadas com asfalto		
	Calçadas –estado	% de calçadas em bom/ótimo estado	3,5	
SERVIÇOS URBANOS	Abastecimento comercial	Existência de um centro comercial	3,5	3,5
	Abastecimento de serviço	Existência de serviços	3,5	
	Correio	% de domicílios atendidos pelo correio	3	
		Existência de agências dos Correios		
	Telefone público	Existência de telefone público	3	
Transporte	Linhas de ônibus atendendo dentro do loteamento	4,5		
	Distância (m) de ponto de ônibus			
INFRAESTRUTURA SOCIAL/CULTURAL	Saúde	Existência	4	3,5
	Educação	Existência	3,5	
	Lazer	Existência	1	
	Cultura	Existência	1	
CONFORTO DO AMBIENTE	Água	Lançamento de efluentes e resíduos sólidos	3,5	3
PAISAGEM URBANA	Arborização	% de vias com arborização	4	2,5
	Sinalização	Existências de vias com sinalização	1	
	Áreas verdes	Existência	4	
CIDADANIA	Segurança pública	Taxa de homicídios	5	3,5
	Informação	Presença de bancas de revistas	4,5	
	Organização popular	Presença de grupos organizados	5	

Fonte: SILVA, 2013, baseado em Borja, 1997

Para estabelecer uma graduação nos níveis de Qualidade Ambiental Urbana – QAU Silva (2013) optou por utilizar classes de qualidade que vão da mais para a menos satisfatória, conforme adaptações próprias e orientações de Borja (1997). Assim, foram definidas cinco classes de qualidade, apresentadas na Tabela 6 (SILVA, 2013).

Tabela 6 - Classes de Qualidade Ambiental Urbana

Classe de Qualidade	Nível de QAU	Valor do Índice de QAU
A	Extremamente satisfatória	81-100
B	Muito satisfatória	61-80
C	Satisfatória	41-60
D	Insatisfatória	21-40
E	Muito insatisfatória	0-20

Fonte: SILVA, 2013, baseado em BORJA, 1997

Constituíram como apoio às evidências apontadas na pesquisa, um acervo de material digital composto por: fotografias, mapas e projetos arquitetônicos expondo a situação no início da ocupação e as futuras intervenções nas áreas (SILVA, 2013).

Na etapa de análise, confrontaram-se as informações obtidas na pesquisa bibliográfica, documental e no tratamento dos indicadores avaliados com os dados levantados no Município de Curitiba e as visitas de campo que ao longo da pesquisa se fizeram necessárias (SILVA, 2013).

Para o presente trabalho será seguida a mesma metodologia da segunda parte do estudo de Silva (2013), com análise de dados levantados pela COHAB-CT e pela Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) por meio de relatórios extraídos do Cadastro Único do Governo Federal, os resultados serão comparados com os obtidos em 2013, o que possibilita gerar novas conclusões sobre os 10 anos posteriores à regularização fundiária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para estabelecer paralelos entre o trabalho desenvolvido por Silva (2013) e o presente trabalho, foram utilizados dados extraídos do Cadastro Único do Governo Federal, disponibilizados pela Fundação de Ação Social (FAS), e levantamentos feitos pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Secretarias Municipal e Estadual de Educação (SME/SEED), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná (SESP-PR), Urbanização de Curitiba S.A. (URBS), Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) e Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP), todos disponibilizados por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

4.1 HISTÓRICO GERAL

Antes denominada Vila Três Pinheiros, a Vila Terra Santa surgiu em 1998 e originou-se de uma invasão de uma propriedade particular de aproximadamente 240.000 m² localizada à Sudoeste da Cidade de Curitiba no bairro Tatuquara (Figura 3) (COHAB-CT, 2005 *apud* SILVA, 2013).

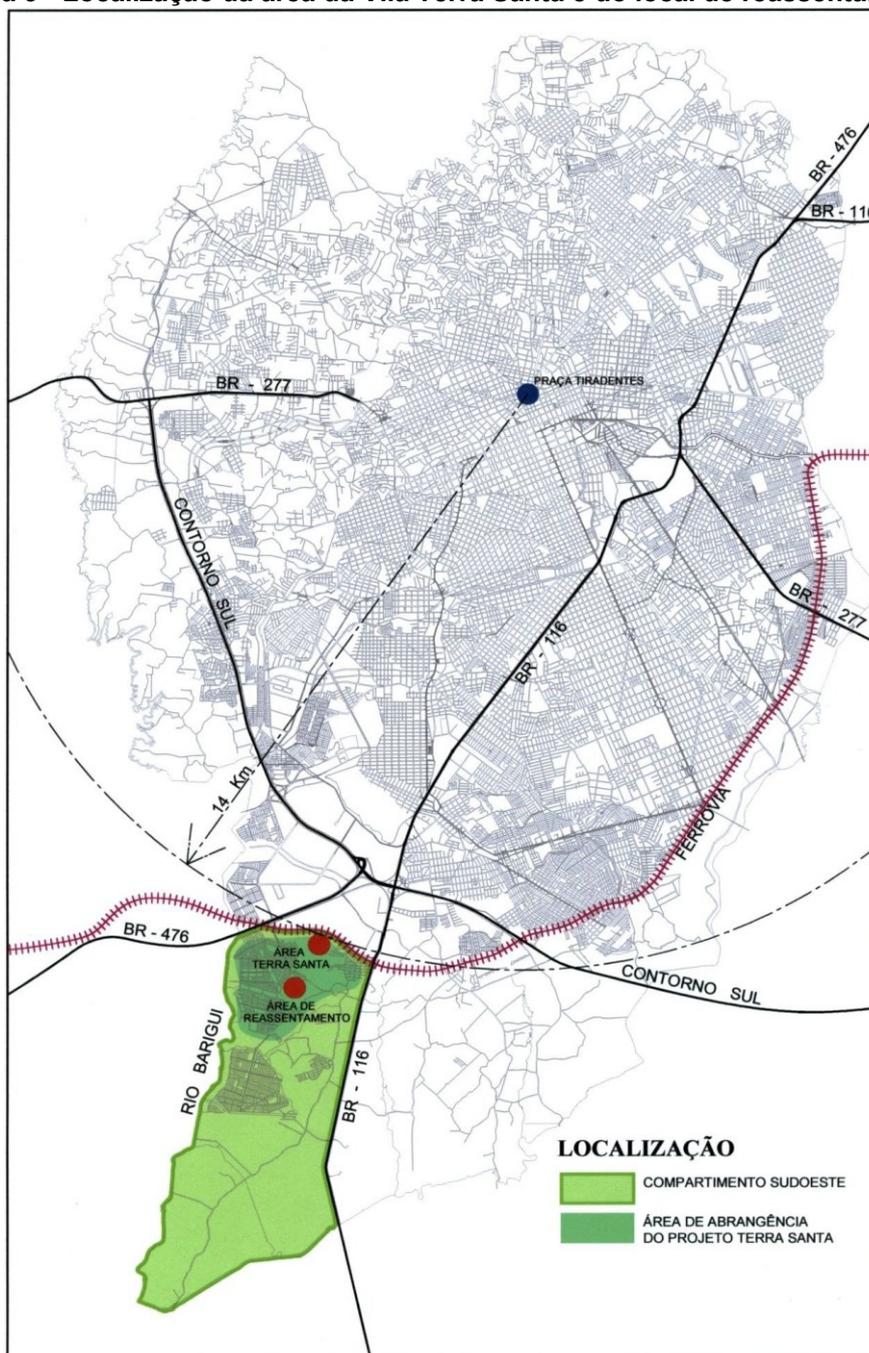
Devido à alta migração de famílias para a área, houve uma intensa devastação da vegetação nativa, e aleatoriamente as famílias foram instalando seus barracos, inicialmente de lona ao longo do espaço. Posteriormente, as árvores derrubadas foram aproveitadas na ampliação das moradias (COHAB – CT, 2005 *apud* SILVA, 2013).

Aos poucos a comunidade foi se organizando, constituindo lideranças que se colocavam à frente diante das inúmeras tentativas de reintegração de posse. Em fevereiro de 1999 diante de uma tentativa de desocupação orquestrada pelo poder público, a resistência das famílias em deixar o local foi ferrenha, o que acabou gerando situações de violência. E foi a partir disso que a comunidade, por meio de seus representantes, procurou os órgãos públicos pertinentes, visando garantir a permanência das famílias no local (COHAB – CT, 2005 *apud* SILVA, 2013).

O terreno conta com uma topografia acidentada. A topografia também apresenta fundo de vale, assim como faixas de segurança da Rede Férrea e da Rede

de Alta Tensão. Até o início do processo de regularização fundiária, este local era cadastrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) como Bosque Nativo Relevante (Figura 4), por ser uma área de mata nativa cortada por inúmeros córregos e duas nascentes. Durante o processo de ocupação, 70% de vegetação foi danificada (Figura 5), necessitando de recuperação ambiental (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, 2005 e COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, 2008 *apud* SILVA, 2013).

Figura 3 - Localização da área da Vila Terra Santa e do local de reassentamento.



Fonte: COHAB-CT, 2004-2007 *apud* Silva, 2013.

Segundo um levantamento feito pela COHAB-CT à época, verificou-se a existência de 1.077 famílias residindo no local em habitações improvisadas e insalubres, e algumas delas situadas em locais de risco.

Para a regularização, o projeto proposto pela COHAB-CT foi composto de duas etapas distintas: a realocação de famílias e a urbanização da Vila.

Inicialmente 479 famílias foram realocadas para o novo loteamento da Companhia denominado Moradias Laguna. Quanto à urbanização da Vila Terra Santa, onde permanecerão 598 famílias, foram implantadas 171 novas moradias, 223 melhorias habitacionais, além da implantação da infraestrutura básica e rede social, possibilitando melhores condições de vida mediante moradias adequadas e a inserção dessas famílias no contexto da cidade social do município (COHAB-CT, 2008 *apud* SILVA, 2013).

Figura 4 - Levantamento aerofotogramétrico - 1996.



Fonte: COHAB-CT, 2004-2007 *apud* Silva, 2013

Para adequar o assentamento à legislação ambiental e urbanística foram promovidas intervenções no sistema viário, a desocupação de todas as faixas de preservação permanente dos córregos e nascentes, bem como a desocupação das faixas de domínio de ferrovias e linhas de alta tensão. O nível de resgate daquelas condições pretendeu ser o mínimo necessário ao cumprimento dos acordos firmados

com o Ministério Público do Meio Ambiente, que prevê a desocupação das faixas de preservação permanente de 30 metros para cada lado dos córregos existentes e de um círculo de 50 metros de raio a partir de suas nascentes (SILVA, 2013).

Por se tratar de processo de regularização invertido, por se tratar de uma ocupação consolidada, o projeto urbanístico proposto teve que se adequar à espontaneidade do processo de ocupação ocorrido, promovendo somente alterações necessárias para o cumprimento da legislação municipal específica para concretizar a regularização (SILVA, 2013).

Figura 5 - Levantamento aerofotogramétrico - 2002.



Fonte: Silva, 2013 apud COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, 2004-2007.

Em relação às características socioeconômicas, no início do diagnóstico de intervenção, em 2004, a população da Vila Terra Santa estava estimada em 3.164 moradores (SILVA, 2013).

A população era predominantemente jovem, com destaque a faixa entre 18 e 30 anos, na qual 64,8% das pessoas possuíam até 30 anos de idade. Sendo um percentual de 77,5% de mulheres chefes de família, sugerindo que as mulheres têm a responsabilidade pela moradia, com ou sem cônjuge. A maioria da população possui renda mensal de um salário mínimo (COHAB-CT, 2005 e COHAB-CT, 2008 apud SILVA, 2013).

Atualmente a Vila Terra Santa é composta por 31 vias, entre ruas e travessas. Dessas ruas somente a rua Jaime José Wojciechowski não possui asfalto. Na época da regularização, todas as famílias que constituíram moradia nesta rua foram realocadas, visto que ela faz paralelo com a linha férrea, portanto, considerada área de risco, contudo, novas famílias ocuparam a área e atualmente estão passando por um novo processo de reintegração que tramita na Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná sob processo nº 5079857-46.2019.4.04.7000/PR.

Segundo dados extraídos do Cadastro Único do Governo Federal em fevereiro do ano corrente, habitam na Vila cerca de 7.102 pessoas, que compõem 2.922 famílias.

O perfil das famílias não teve mudanças significativas, sendo a maioria jovem, de baixa renda (entre 1 e 1,5 salário mínimo) baixa escolaridade, com predominância de mulheres como arrimos de família.

4.2 CARACTERÍSTICAS URBANAS AMBIENTAIS

Para obter os resultados da pesquisa, foi feito um comparativo dos dados obtidos para o ano de 2023 com os obtidos por Silva, 2013 entre os anos 2000-2007, no início da ocupação e 2008-2013, durante e ao fim da intervenção da COHAB-CT.

4.2.1 Moradia

Com a posse da escritura definitiva de propriedade do imóvel, as famílias puderam investir na qualidade das moradias, aumentando o número de residências com tipologia construtiva de alvenaria (Figuras 6 e 7).

Durante o período de 10 anos, algumas famílias migraram da Vila Terra Santa para outros territórios do bairro Tatuquara, ou até para outros bairros, contudo, a maioria das famílias da região residem no local desde o início da ocupação. O aumento de imóveis alugados (de 0% em 2013 para 26,76%) se justifica pelo fato de algumas famílias terem construído mais de um imóvel no terreno, possibilitando o arrendamento, o que ajuda a complementar a renda dessas famílias, visto que são famílias bastante vulneráveis.

Figura 6 - Moradias Vila Terra Santa - 2012.



Fonte: COHAB-CT, 2012 apud Silva, 2013.

Figura 7 - Moradias Vila Terra Santa - 2023.



Fonte: Autoria própria (2023).

Tabela 7 - Resultados para variável moradia.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
MORADIA				
Situação do domicílio	% de ocupantes de imóvel Próprio	89,7	100	73,24
	% de ocupantes de imóvel Alugado	0,6	0	26,76
Tipologia Construtiva	% de moradias c/ Tijolo/Alvenaria	16,8	38,65	77,80
Conforto	Nº hab./domicílio	100	100	78,64

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

4.2.2 Saneamento

O abastecimento de água desde o início da ocupação da área é feito através da rede pública da SANEPAR – Companhia de Saneamento do Estado do Paraná. Com a regularização do território, todas as residências da vila Terra Santa foram conectadas à rede de água e esgoto, porém, com o decorrer dos anos, muitas famílias tiveram o serviço interrompido por inadimplência. Desse modo, as residências permaneceram com ligações para o esgotamento sanitário e fizeram ligações clandestinas para o recebimento de água, o que justifica a queda na porcentagem da cobertura.

As vias não são atendidas por serviços de varrição, ficando a cargo dos moradores, zelar pela limpeza do ambiente. Já os serviços de coleta de resíduos sólidos abrangem 100% das moradias, mantidos pela PMC (Prefeitura Municipal de Curitiba), acontecem regularmente e duas vezes por semana. Em dias alternados e também duas vezes por semana acontece a coleta de resíduos recicláveis, e a região também conta com o Barracão do Ecocidadão, associação de coletores de material reciclável, que recebem, fazem a triagem e comercializam resíduos da coleta seletiva da cidade. Com a regularidade do serviço de coleta porta a porta, praticamente não há disposição dos resíduos no loteamento, visto que as famílias retiram seus resíduos e logo ele é recolhido pelo serviço de coleta.

Os serviços de roçada e manutenção do sistema de drenagem urbana acontecem mediante solicitação da população por meio da central 156, sistema que viabiliza a comunicação entre a Gestão Municipal e a população. O acesso pode ser feito por meio telefônico, portal online ou aplicativo.

Tabela 8 - Resultados para variável saneamento.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
SANEAMENTO				
Abastecimento de água - consumo	Consumo de água <i>per capita</i>	0	100	100
Cobertura	% de domicílios com rede da SANEPAR e hidrômetro individual	84,7	100	21,67
	% de domicílios com rede da SANEPAR e torneira comunitária	9,65	0	1,44
Regularidade do serviço	% de domicílios com rede 24h/dia	100	100	100
Esgotamento sanitário	% de domicílios com	13,7	0	0

	fossa séptica			
	% de domicílios com rede de esgoto	7,8	100	22
Drenagem urbana	% de vias c/ canaleta	0	100	100
	% de vias c/ canal	0	100	100
	% de vias c/ galeria	0	100	100
Estado da rede	% de bocas de lobo em bom estado	0	50	100
Limpeza urbana	% de vias limpas	0	0	0
	Disposição de lixo no loteamento	0	0	100
Tipo de coleta	% de domicílios com coleta em caminhão compactador	15	100	100
	% de domicílios com coleta estacionária em ponto definido pela SMMA	75,8	0	100
Frequência da coleta	% de domicílios com coleta diária	0	0	100
	% de domicílios com coleta alternada	100	100	100

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

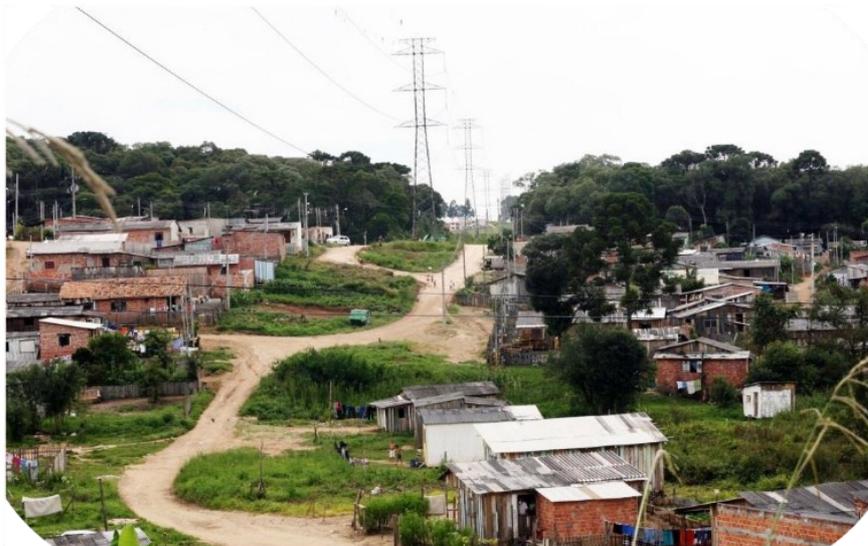
4.2.3 Infraestrutura Urbana

A Companhia Paranaense de Energia – COPEL não dispõe de dados sobre a cobertura dos serviços para a região, porém os dados extraídos do Cadastro Único do Governo Federal, 83% dos domicílios estão ligados à rede de forma regular, os demais domicílios utilizam a rede de forma clandestina.

Atualmente a Vila Terra Santa conta com serviço de iluminação pública na totalidade das vias e pavimentação das ruas encontram-se em bom estado (Figuras 8 e 9), vale ressaltar o aumento de residências com calçamento na área de testada, o que foi ocorrendo ao longo dos anos após a regularização fundiária.

Com o asfaltamento das vias da Vila Terra Santa, algumas residências receberam calçamentos de massa asfáltica, porém, no decorrer do período de avaliativo deste trabalho, nota-se que a medida que as famílias foram adequando suas moradias, esse modelo de calçada foi sendo eliminado, restando, atualmente, calçadas de concreto ou grama.

Figura 8 - Ocupação irregular na Faixa de Alta Tensão na Vila Terra Santa em 2004.



Fonte: COHAB-CT, 2012 *apud* Silva, 2013.

Figura 9 - Faixa de Alta Tensão na Vila Terra Santa em 2023



Fonte: Autoria própria (2023).

Tabela 9 - Resultados para variável infraestrutura urbana.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
INFRAESTRUTURA URBANA				
Energia elétrica – cobertura	% de domicílios com rede	58,09	48,31	83
Iluminação pública	% de vias com boa/ótima iluminação	27,7	100	100
Pavimentação das vias	% de vias com asfalto	0	98	100
	% de vias com paralelepípedo	0	0	0
Pavimentação das vias – estado	% de vias em bom/ótimo estado	0	72,3	72,3
Calçadas	% de calçadas com paralelepípedo/paver/bloquetes	0	0	0
	% de calçadas com placa de concreto/grama	0	0	65
	% de calçadas com asfalto	0	26,24	0
Calçadas – estado	% de calçadas em bom/ótimo estado	0	50	50

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

4.2.4 Serviços Urbanos

Em 14 de novembro de 2015 foi inaugurada a Rua da Cidadania Tatuquara (Figura 10) que teve os serviços prestados ampliados no decorrer dos anos. A Regional abrange os bairros Caximba, Campo de Santana e Tatuquara, e por meio dela a população teve o acesso facilitado a diversos serviços públicos, entre eles:

- O Espaço Empreendedor, onde é possível obter orientações sobre como formalizar pequenas empresas, buscar a capacitação para gerir empreendimentos e ainda conta com assessoria e consultoria empresarial;
- A Fundação Cultural de Curitiba, que promove a arte e a cultura curitibanas e amplia as oportunidades de acesso da população aos bens culturais, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da sociedade e para o pleno exercício da cidadania;
- A Agência do SINE, onde é possível fazer pesquisa de vagas e encaminhamentos para emprego, além da emissão de Carteira de Trabalho e habilitação do Seguro-Desemprego;
- A COHAB-CT, que é responsável pela execução da política habitacional do município de Curitiba; e

- O Instituto de Identificação do Paraná (II-PR), que realiza a Identificação Civil e respectiva expedição da Carteira de Identidade.

Figura 10 - Rua da Cidadania do Tatuquara.



Fonte: Ivonaldo Alexandre/Gazeta do Povo, 2015

Com o desenvolvimento do bairro, desenvolveu-se também o comércio da região, que hoje conta com supermercados, panificadoras, restaurantes, comércio de vestuário e de utilidades, serviços de lava-car, barbearia/cabeleireiro, manutenções, entre outros (Figuras 11).

Figura 11 - Comércios instalados na Vila Terra Santa.



Fonte: Autoria própria (2024).

Nos dias atuais, todas as residências são atendidas pelo serviço postal, porém, não existem agências dos Correios no Bairro Tatuquara, ficando, a mais próxima, localizada no bairro Pinheirinho, há cerca de 10 Km de distância.

Com a popularização dos aparelhos celulares os telefones públicos caíram em desuso, com isso, a maioria dos aparelhos foram recolhidos pela empresa responsável, e o que resta foi vandalizado, ficando fora de operação.

Em maio de 2021 foi inaugurado o Terminal de Transporte Coletivo do Tatuquara (Figura 12), localizado há aproximadamente 4 Km de distância da Vila Terra Santa, além de contar com os ônibus alimentadores da região, faz a ligação com os terminais do Pinheirinho e Cidade Industrial de Curitiba. Também há um estudo por parte da Urbanização de Curitiba (URBS), empresa que gerencia o transporte público de Curitiba, para implantação de uma linha direta que ligue o Tatuquara ao Centro da Cidade, um trajeto de cerca de 40 km.

Figura 12 - Terminal de ônibus do Tatuquara



Fonte: Levy Ferreira/SMCS, 2022

Tabela 10 - Resultados para a variável serviços urbanos

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
SERVIÇOS URBANOS				
Abastecimento comercial	Existência de um centro comercial	100	100	100
Abastecimento de serviço	Existência de serviços	100	100	100
Correio	% de domicílios atendidos pelo correio	0	100	100
	Existência de agências dos correios	100	100	0
Telefone público	Existência de telefone público	0	100	0
Transporte	Linhas de ônibus atendendo dentro do loteamento	0	100	100
	Distância (m) de ponto de ônibus	50	100	100

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

4.2.5 Infraestrutura Social/Cultural

A população da região conta com duas Unidades Básicas de Saúde, a UBS Pompéia e a UBS Moradias da Ordem, localizadas há cerca de 1,5 Km e 2,0 Km de distância da Vila Terra Santa respectivamente. Em 21 de maio de 2017 foi inaugurada a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas do Tatuquara (Figura 13), facilitando o acesso da população a atendimentos de urgência e emergência.

Figura 13 - UPA Tatuquara.



Fonte: Valdecir Galor/SMCS, 2017

A infraestrutura social/cultural se manteve estável durante os últimos dez anos, contudo, a região conta com um Colégio Estadual que foi convertido em Cívico Militar instituído pela Lei 20338/2020. Com essa conversão os períodos de aulas aumentaram em uma hora, o que comprometeu o período noturno, que foi excluído do equipamento desde então. Com um turno a menos e o desenvolvimento da região, as vagas disponíveis para o ensino fundamental II e ensino médio se tornaram insuficientes, fazendo a população recorrer a colégios mais distantes. Para o Ensino Fundamental I a região é composta por duas escolas municipais. Escola Municipal Margarida Orso Dalagassa, que mantém turmas de ensino integral e a Escola Municipal Erika Plewka Mlynarczyk, somente com turmas regulares. Para essa modalidade de ensino, a dificuldade encontrada pelas famílias é para o acesso ao ensino integral. Em relação à Educação Infantil, existe na redondeza o CMEI Dalagassa e o CMEI Moradias da Ordem há aproximadamente 2 Km de distância. E nessa modalidade de ensino, há uma extensa lista de espera por vagas que só cresce no decorrer dos anos. É possível encontrar crianças na Vila Terra Santa que passam o período da educação infantil na lista de espera sem nunca conseguir uma vaga. O CEI Casa de Nazaré, mantido com recursos da Associação Beneditina da Providência e com recursos do convênio com a Secretaria da Educação do Município de Curitiba, presta atendimento em período integral a cerca de 100 crianças de 3 e 5 anos de idade e também é uma opção para a comunidade local.

Desde a regularização da Vila Terra Santa, a região conta com canchas de areia e parquinhos infantis e agora também há uma academia ao ar livre, porém todos estão necessitando de manutenção (Figura 14).

Figura 14 - Pontos de Lazer da Vila Terra Santa.



Fonte: Autoria própria (2024).

Em 2015 houve a inauguração do Clube da Gente Tatuquara (Figura 15), localizado aproximadamente há 1,5 Km da Vila Terra Santa, o clube é um centro comunitário que reúne práticas esportivas e de lazer de forma gratuita para a população.

Figura 15 - Clube da Gente Tatuquara.



Fonte: Autoria própria (2024).

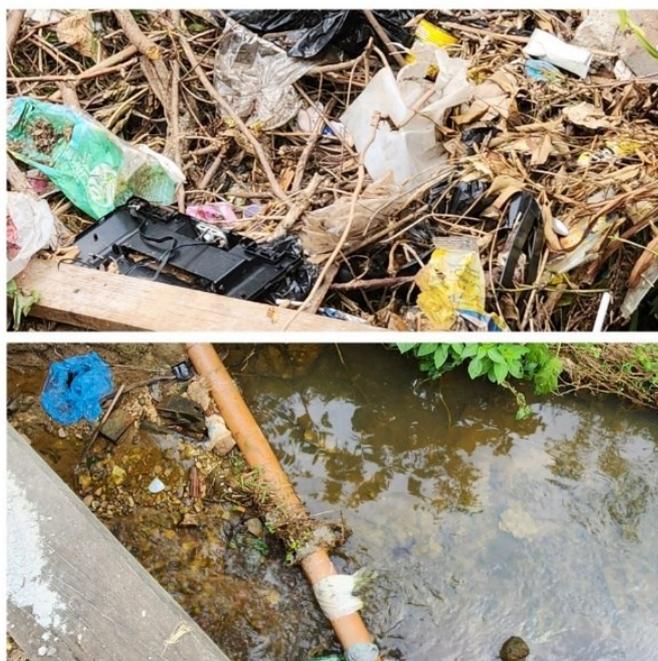
Tabela 11 - Resultados para a variável infraestrutura social/cultural.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
INFRAESTRUTURA SOCIAL/CULTURAL				
Saúde	Acesso	50	100	100
Educação	Acesso	62,5	87,5	87,5
Lazer	Acesso	0	100	100
Cultura	Acesso	0	100	100

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

4.2.6 Conforto do Ambiente

A qualidade da água dos rios da região permanece insatisfatórias, visto que ainda faz parte da cultura da população o lançamento de resíduos nos rios (Figura 16).

Figura 16 - Situação atual do rio que corta a Vila Terra Santa.

Fonte: Autoria própria (2024).

Tabela 12 - Resultados para a variável conforto do ambiente.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
CONFORTO DO AMBIENTE				
Água	Lançamento de efluentes e resíduos	0	0	0

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

4.2.7 Paisagem Urbana

Todas as vias da Vila Terra Santa possuem sinalização vertical e horizontal e houve uma diminuição sutil na arborização do ambiente (Figura 17), o que se justifica pelo aumento populacional, contudo a situação ainda é considerada satisfatória.

Figura 17 - Áreas preservadas na Vila Terra Santa.



Fonte: Autoria própria (2024)

Tabela 13 - Resultados para a variável paisagem urbana.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
PAISAGEM URBANA				
Arborização	% de vias c/ arborização	0	54,47	50
Sinalização	Existências de vias c/ sinalização	0	100	100
Áreas verdes	Existência	100	100	100

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

4.2.8 Cidadania

A Secretaria de Segurança Pública do Paraná não possui dados específicos para a região da Vila Terra Santa, os dados divulgados abrangem o bairro Tatuquara como um todo, que teve uma taxa de homicídios de 18,9 homicídios/100.000 habitantes nos últimos dez anos, enquanto o município de Curitiba possui uma taxa de 15,86 homicídios/100.000 habitantes, contudo, houve uma redução de 41% na

taxa, quando comparados com os dados demonstrados no trabalho apresentado em 2013.

Na região não há mais a presença de bancas de revistas especificamente, porém, com o avanço das tecnologias e a internet, a população passou a buscar informações na sua maioria de forma on-line.

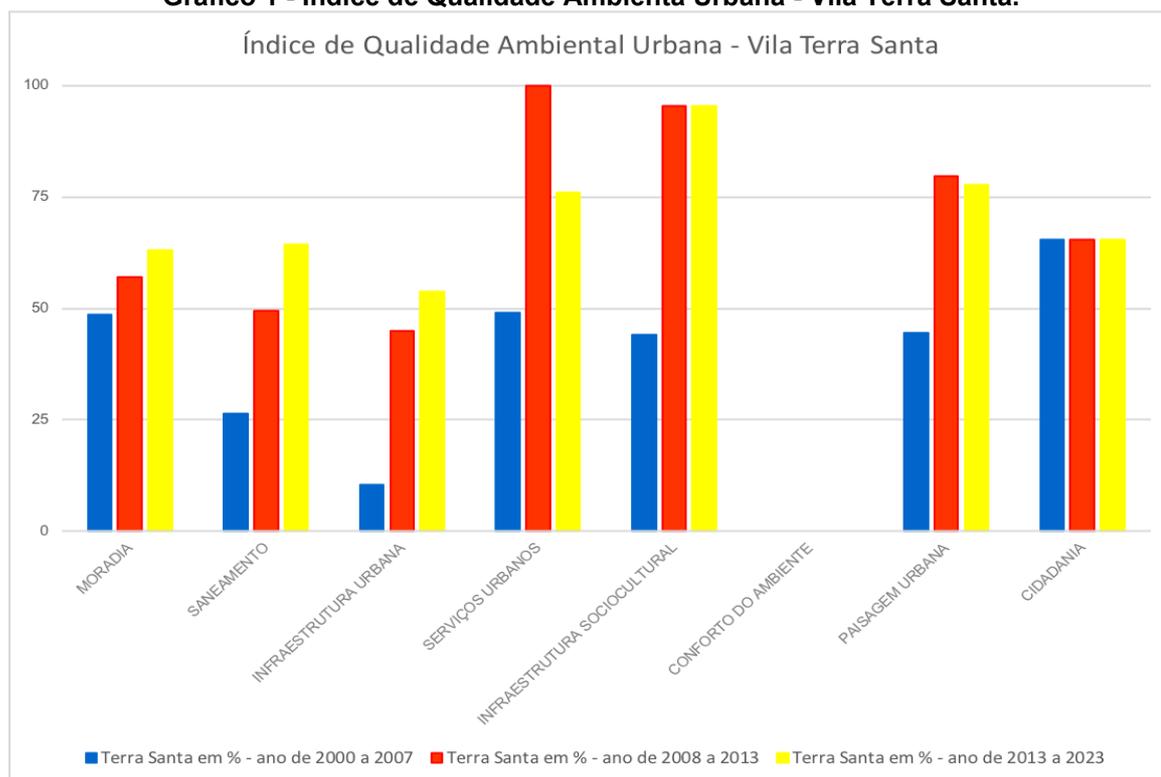
A organização comunitária da Vila Terra Santa, atualmente, é representada por três associações de moradores: a associação Geração Solidária, associação Terra Prometida e Associação Mães Solidárias, todas com o objetivo de atender as demandas e defender os direitos dos moradores, buscando soluções junto ao poder público.

Tabela 14 - Resultados para a variável cidadania.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023
CIDADANIA				
Segurança pública	Nº de ocorrências graves ou taxa de homicídios	0	0	0
Informação	Presença de bancas de revistas	100	100	100
Organização popular	Presença de grupos organizados	100	100	100

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

Ao fim da análise dos dados, constatou-se que a Vila Terra Santa saiu da classe D – Insatisfatório (35,59%) para a classe B – Muito Satisfatório (61,51% ao fim da intervenção e 62% atualmente), como pode ser visto no gráfico 1.

Gráfico 1 - Índice de Qualidade Ambiental Urbana - Vila Terra Santa.

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

Na comparação dos dados referentes ao fim da regularização com os atuais, percebe-se que alguns indicadores tiveram diminuição na qualidade, principalmente na categoria saneamento. Os dados demonstram uma baixa cobertura, contudo, o consumo é satisfatório. Isso ocorre devido ao alto índice de clandestinidade para acesso aos serviços.

Na categoria serviços urbanos, houve queda no indicador existência de telefones públicos e na categoria Cidadania a existência de bancas de jornais e revistas, porém, com a facilidade ao acesso à informação por meio dos smartphones, tornaram tais itens em desuso, o que justifica a ausência.

Mesmo com toda informação disponível na palma das mãos, a população permanece culturalmente enraizada no mal hábito de dispensar resíduos sólidos nos rios e córregos da região, o que não permitiu avanço na categoria conforto do ambiente.

De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, o bairro Tatuquara é o terceiro com mais homicídios dolosos em Curitiba. Cerca de 70% dos homicídios em Curitiba ocorrem em decorrência do tráfico de drogas, e a Vila Terra Santa possui alto índice desse tipo de atividade

Tabela 15 - Resultado dos Indicadores da Qualidade Ambiental Urbana em níveis de satisfação – IQAU.

Variável	Indicadores de QAU	Terra Santa em % - ano de 2000 a 2007	Resultado	Terra Santa em % - ano de 2008 a 2013	Resultado	Terra Santa em % - ano de 2013 a 2023	Resultado
MORADIA							
Situação do domicílio	% de ocupantes de imóvel Próprio	89,7		100		73,24	
	% de ocupantes de imóvel Alugado	0,6		0		26,76	
Tipologia Construtiva	% de moradias com Tijolo/Alvenaria	16,8		38,65		77,80	
Conforto	Nº hab./domicílio	100		100		78,64	

LEGENDA			
	Muito insatisfatório (0% a 24,9%)		Satisfatório (50% a 74,9%)
	Insatisfatório (25% a 49,9%)		Muito satisfatório (75% a 100%)

SANEAMENTO							
Abastecimento de água - consumo	Consumo de água <i>per capita</i>	0		100		100	
Cobertura	% de domicílios com rede da SANEPAR e hidrômetro individual	84,7		100		21,67	
	% de domicílios com rede da SANEPAR e torneira comunitária	9,65		0		1,44	
Regularidade do serviço	% de domicílios com rede 24h/dia	100		100		100	
Esgotamento sanitário	% de domicílios com fossa séptica	13,7		0		0	
	% de domicílios com rede de esgoto	7,8		100		22	
Drenagem urbana	% de vias com canaleta	0		100		100	
	% de vias com canal	0		100		100	
	% de vias com galeria	0		100		100	
Estado da rede	% de bocas de lobo em bom estado	0		50		100	
Limpeza urbana	% de vias limpas	0		0		0	
	Disposição de lixo no loteamento	0		0		100	
Tipo de coleta	% de domicílios com coleta em caminhão compactador	15		100		100	

	% de domicílios com coleta estacionária em ponto definido pela SMMA	75,8		0		100	
Frequência da coleta	% de domicílios com coleta diária	0		0		100	
	% de domicílios com coleta alternada	100		100		100	

LEGENDA			
	Muito insatisfatório (0% a 24,9%)		Satisfatório (50% a 74,9%)
	Insatisfatório (25% a 49,9%)		Muito satisfatório (75% a 100%)

INFRAESTRUTURA URBANA							
Energia elétrica – cobertura	% de domicílios com rede	58,09		48,31		83	
Iluminação pública	% de vias com boa/ótima iluminação	27,7		100		100	
Pavimentação das vias	% de vias com asfalto	0		98		100	
	% de vias com paralelepípedo	0		0		0	
Pavimentação das vias – estado	% de vias em bom/ótimo estado	0		72,3		72,3	
Calçadas	% de calçadas com paralelepípedo/paver/bloquetes	0		0		0	
	% de calçadas com placa de concreto/grama	0		0		65	
	% de calçadas com asfalto	0		26,24		0	
Calçadas – estado	% de calçadas em bom/ótimo estado	0		50		50	

LEGENDA			
	Muito insatisfatório (0% a 24,9%)		Satisfatório (50% a 74,9%)
	Insatisfatório (25% a 49,9%)		Muito satisfatório (75% a 100%)

SERVIÇOS URBANOS							
Abastecimento comercial	Existência de um centro comercial	100		100		100	
Abastecimento de serviço	Existência de serviços	100		100		100	
Correio	% de domicílios atendidos pelo correio	0		100		100	
	Existência de agências dos correios	100		100		0	
Telefone público	Existência de telefone público	0		100		0	
Transporte	Linhas de ônibus atendendo dentro do loteamento	0		100		100	
	Distância (m) de ponto de ônibus	50		100		100	

LEGENDA			
	Muito insatisfatório (0% a 24,9%)		Satisfatório (50% a 74,9%)
	Insatisfatório (25% a 49,9%)		Muito satisfatório (75% a 100%)

INFRAESTRUTURA SOCIAL/CULTURAL							
Saúde	Acesso	50		100		100	
Educação	Acesso	62,5		87,5		87,5	
Lazer	Acesso	0		100		100	
Cultura	Acesso	0		100		100	
CONFORTO DO AMBIENTE							
Água	Lançamento de efluentes e resíduos	0		0		0	

LEGENDA			
	Muito insatisfatório (0% a 24,9%)		Satisfatório (50% a 74,9%)
	Insatisfatório (25% a 49,9%)		Muito satisfatório (75% a 100%)

PAISAGEM URBANA							
Arborização	% de vias com arborização	0		54,47		50	
Sinalização	Existências de vias com sinalização	0		100		100	
Áreas verdes	Existência	100		100		100	
CIDADANIA							
Segurança pública	Nº de ocorrências graves ou taxa de homicídios	0		0		0	
Informação	Presença de bancas de revistas	100		100		100	
Organização popular	Presença de grupos organizados	100		100		100	

LEGENDA			
	Muito insatisfatório (0% a 24,9%)		Satisfatório (50% a 74,9%)
	Insatisfatório (25% a 49,9%)		Muito satisfatório (75% a 100%)

Fonte: Autoria própria baseado em Silva, 2013.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho é de avaliar as melhorias, que deveriam ser contínuas, em um período de dez anos após a regularização fundiária da Vila Terra Santa. Contudo, de acordo com os dados, é possível perceber que de 2013 a 2023, os índices permaneceram praticamente estáveis.

Em geral, o Brasil se urbanizou de forma acelerada, e as políticas públicas não conseguiram acompanhar o crescimento das cidades na mesma proporção.

Para que a regularização da área da Vila Terra Santa fosse efetivada, 479 famílias foram realocadas, permanecendo no local 598 famílias. Atualmente residem no território cerca de 2.922 famílias, ou seja, aproximadamente 4 vezes mais o montante de famílias que permaneceram na região ao fim da regularização. Não bastasse isso houve um crescimento exponencial em todas as vilas ao redor e também surgiram novas ocupações irregulares no entorno, o que, de certa forma, faz com que os serviços públicos essenciais como creches, escolas, unidades básicas de saúde e serviços de segurança pública, se tornem deficitários no atendimento da população que deles necessitam.

Não é incomum as escolas da região terem uma extensa lista de espera, quando se trata da educação infantil, a situação fica ainda mais complicada, visto que, só há um CMEI no território, da Vila Terra Santa, visto que o outro CMEI fica há uma distância de aproximadamente 2 Km, localizado na Vila Moradias da Ordem. É bastante comum crianças passarem o período de 0 a 5 anos na lista de espera e acessando um equipamento de educação somente a partir do ensino fundamental.

Para garantir que os serviços públicos alcancem a população, a Constituição Federal de 1988 determina que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes devem, obrigatoriamente, elaborar um Plano Diretor. Instrumento que norteia a construção da política urbana, buscando melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as desigualdades socioeconômicas e tornar as cidades mais inclusivas, justas e ambientalmente equilibradas.

Curitiba teve seu primeiro Plano Diretor em 1966 e o mesmo é revisado a cada 10 anos para possíveis reajustes, contudo, o crescimento populacional acelerado e desordenado ainda é um desafio na implementação de políticas públicas.

Muito foi investido em infraestrutura do bairro Tatuquara nos últimos anos, onde foram inauguradas praças, parques, a Rua da Cidadania, o Clube da Gente, o terminal de ônibus e o viaduto da vila Pompéia, mas o número de equipamentos públicos essenciais permanece estagnado, o que dificulta que a população tenha assegurado o direito de acesso a serviços de boa qualidade. E a falta desse acesso aumenta o risco de que as portas de saída da pobreza virem portas giratórias.

Sabendo que a desigualdade e a degradação do meio ambiente estão intimamente ligadas, é imprescindível que o poder público direcione o olhar para o que diz respeito à ampliação da capacidade de atendimento de acordo com o crescimento populacional.

Nesta pesquisa é possível ver que o critério conforto do ambiente permanece inalterado ao longo de 23 anos, uma vez que a comunidade permanece degradando os rios e córregos da região. Portanto há a necessidade de uma dose massiva de educação ambiental, deixando claro a importância das águas, uma vez que os hábitos da população refletem no nível de preservação do meio ambiente.

A desigualdade social também é um dos fatores que agravam os quadros de violência. Os homicídios concentram-se em bairros pobres e atingem, em proporção muito maior, a população menos favorecida. A pesquisa consegue demonstrar claramente, por meio dos dados, essa informação. O bairro Tatuquara é o terceiro no ranking em número de homicídios ocorridos em Curitiba. E a variável referente a segurança pública permaneceu estável como muito insatisfatório desde o início dos levantamentos de dados.

Em uma análise geral é possível perceber que após o fim da regularização, pouco se investiu para que os serviços públicos acompanhassem as demandas da população. Mesmo com altos valores investidos em infraestrutura, as necessidades básicas não estão sendo atendidas.

Dito isso, o presente trabalho consegue demonstrar que é preciso criar estratégias de gestão dos serviços públicos de forma inteligente, repensando o gerenciamento do Município, fazendo com que a população tenha acesso à serviços básicos essenciais de qualidade.

6 RECOMENDAÇÕES

Cabe muita mudança em um período de 10 anos, e nesse sentido as cidades têm se obrigado a se tornarem mais dinâmicas, visto que os hábitos das pessoas mudam constantemente.

Em se tratando das variáveis utilizadas por Silva, 2013, algumas se tornaram irrelevantes com o passar do tempo.

Com o avanço da tecnologia os telefones públicos caíram em desuso, dando espaço para os smartphones.

Em praticamente todos os lares é possível encontrar um celular com acesso à internet, contudo, na vila Terra Santa, o sinal de rede da maioria das operadoras é bem instável.

Com o mundo na palma das mãos, as bancas de jornais e revistas deixaram de ser um local de referência para acesso à informação e atualmente não há mais nenhum estabelecimento desse tipo na comunidade.

Viver em um local regularizado permite um maior acesso aos serviços postais, contudo, não é mais necessário a existência de agências dos correios em todos os bairros, já que a comunicação ficou muito mais fácil e ágil em tempos de e-mails, WhatsApp e demais ferramentas online do tipo.

Com o aumento das compras realizadas na modalidade online, os serviços postais têm uma alta demanda quando se trata de entrega de encomendas.

Sendo assim, considerando os dados demonstrados na pesquisa e os fatos supracitados recomenda-se que:

- o município amplie os investimentos em moradias populares, facilitando o acesso da população de baixa renda a moradias dignas, inibindo novas ocupações irregulares, principalmente em locais já reintegrados;
- o município avalie periodicamente os avanços da população, garantindo que os serviços essenciais se desenvolvam de modo a garantir o acesso efetivo à serviços e políticas públicas de qualidade;
- o município crie estratégias para formação de uma comunidade cidadã, responsável e consciente sobre a importância da preservação do meio ambiente, garantindo a qualidade dos rios, córregos e nascentes, bem como uma cobertura vegetal apropriada;

- a Sanepar e Copel ajam estrategicamente para facilitar o acesso das famílias aos serviços prestados de forma regular, evitando a clandestinidade e possíveis danos ambientais colaterais à situação;
- a ampliação dos serviços de internet, garantindo à população acesso a uma rede estável e de qualidade;
- o poder público planeje ações de modo a resolver o problema da criminalidade; e
- a população seja incentivada a progredir, mediante um plano de ações para gerar emprego e renda e promover a autonomia das pessoas, ampliando a escolaridade e a qualificação profissional, reduzindo a pobreza e as desigualdades sociais por meio da inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ivonaldo. **Rua da Cidadania é inaugurada no Tatuquara, mas atendimento ainda é tímido.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rua-da-cidadania-e-inaugurada-no-tatuquara-mas-atendimento-ainda-e-timido-4myoq6vr8ztv4xcrz2p30afg1/>>. Acesso em 17 nov 2023.

ALVES, Kelly C. Z.; LOTOSKI, Marcos D. S. **Ocupação Irregular do Solo: Estudo de caso numa área do bairro Vila Nova Matinhos - PR.** Universidade Federal do Paraná. Matinhos, p. 91. 2018.

BARBOSA, Tamires S.; FURRIER, Max. Ocupações Irregulares e Impactos Sócio-Ambientais às Margens do Rio Sanhauá, Paraíba / Brasil. **Revista Percurso - NEMO**, Maringá, 5, n. 2, 2013. 91-107.

BENINI, Sandra M.; ROSIN, Jeane A. R. D. G. Qualidade Ambiental Urbana. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, V, n. 11, 2017. 26-36.

BORJA, Patricia C. **Avaliação da Qualidade Ambiental Urbana: Uma contribuição metodológica.** Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 239. 1997.

BRASIL. Resolução CONAMA 001. **Regulamenta os critérios básicos e as diretrizes gerais para aplicação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente**, Brasília, 23 janeiro 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 29ª Edição. ed.

BRASIL. Lei Nº 13.465. **Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana**, Brasília, 11 julho 2017.

CARVALHO, André D. S.; SUGAI, Maria I. **A Produção da Cidade Segregada: O caso de Curitiba.** SEURB: A dinâmica das cidades e a produção de do Espaço. Campo Mourão: [s.n.]. 2013.

COHAB-CT. Companhia de Habitação Popularde Curitiba. **Sobre Nós**, c2022. Disponível em: <<http://www.cohabct.com.br/?p=1873>>. Acesso em: 23 setembro 2022.

FERREIRA, Levy. **Terminal Tatuquara ganha estudo para conexão direta com o Centro de Curitiba.** Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/terminal-tatuquara-ganha-estudo-para-conexao-direta-com-o-centro-de-curitiba/63952>>. Acesso em 17 de novembro de 2023.

FORNEL, Paulo S.; COMETTI, Roberto. **Urbanização: Ocupações irregulares, desafios, orientações, riscos e soluções.** Universidade São Francisco. Bragança Paulista, p. 27. 2018.

FORTUNATO, Bruna; SCHONARDIE, Elenise F. Ocuções Irregulares: Confitos entre o direito à moradia e a responsabilidade civil do estado por danos ambientais. **Direito em Debate**, Ijuí, XXIV, n. 44, jul-dez 2015. 187-204.

GALOR, Valdecir. UPA **Tatuquara faz um mês com nove mil atendimentos prestados**. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/upa-tatuquara-faz-um-mes-com-nove-mil-atendimentos-prestados/42688>>. Acesso em 17 de novembro de 2023.

GOBBI, Leonardo D. Globo.com - Educação. **Urbanização Brasileira**, c2000-2015. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>>. Acesso em: 19 outubro 2022.

GOMES, Marcos A. S.; SOARES, Beatriz R. Reflexões sobre Qualidade Ambiental Urbana. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, II, n. 2, jul-dez 2004. 21-30.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. AMEP. Regularização Fundiária Urbana (Reurb). **Portal da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná**, [S. l.], p. 1-1, [S.D.]. Disponível em: <https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Regularizacao-Fundiaria-Urbana-Reurb>. Acesso em: 14 fev. 2022.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie A. **Cidades e Dissoluções**. 1ª Edição. ed.

HABITAT BRASIL. Déficit Habitacional no Brasil - Entenda os números. **Habitat para a Humanidade Brasil**, [2022]. Disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br/deficit-habitacional-brasil/>>. Acesso em: 06 novembro 2022.

IBGE. Portal do Governo Brasileiro. **IBGE**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/25359>>. Acesso em: 21 setembro 2022. Tabela: Aglomerados Subnormais.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e Informações de saúde para o Enfrentamento à COVID-19**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 13. 2020.

JUNIOR, José L. Portal de Notícias. **Câmara Municipal de Curitiba**, 05 maio 2021. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/pesquisadores-e-cohab-divergem-sobre-numero-de-moradias-irregulares-em-curitiba>>. Acesso em: 22 setembro 2022. Pesquisadores e COHAB divergem sobre o número de moradias irregulares em Curitiba.

JUNIOR, Jose C. U.; AMORIM, Margarete C. D. C. T. Indicadores ambientais e planejamento urbano. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, II, n. 31, jul-dez 2009. 5-35.

LOPES, Juarez R. B. O processo de urbanização. In: LOPES, Juarez R. B. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Scielo Books, 2008. p. 23-40. ISBN ISBN: 978-85-99662-82-3.

MONTEIRO, Danielle; CHAGAS, João V. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. **Portal de Notícias**, 20 agosto 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 23 setembro 2022.

MORAES, Isabela. MTST: Conheça o movimento dos trabalhadores sem teto. **Politize!**, 23 maio 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/mtst-conheca-o-movimento-dos-trabalhadores-sem-teto/>>. Acesso em: 06 novembro 2022.

MOURA, Rosa. Paraná: Meio século de urbanização. **Revista RA'EGA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 8, 2004. 33-44.

OLIVEIRA, Dennison D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. 2ª edição. ed.

PCM. **Plano Municipal de Habitação e Regularização Fundiária**. Prefeitura Municipal de Curitiba. [S.l.], p. 382. 2020.

PILOTTO, Angela S. **Área Metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intra-urbano**. USP - Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 196. 2010.

PIOLI, Maria S. M. D. B.; ROSSIN, Antonio C. O Meio Ambiente e a Ocupação Irregular do Espaço Urbano. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais (online)**, 3, 30 abril 2006. 40-56. Recuperado de https://www.rbciamb.com.br/Publicações_RBCIAMB/article/view/481.

PMC. **Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**. Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba, p. 208. 2007.

PMC. Portal de Notícias. **Prefeitura Municipal de Curitiba**, 12 maio 2017. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projeto-da-prefeitura-participa-de-dois-concursos-nacionais/42091>>. Acesso em: 22 setembro 2022.

PMC. Pela quinta vez Curitiba é líder entre as capitais em ranking de saneamento. **Portal da Prefeitura Municipal de Curitiba**, Curitiba, p. 1-1, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-e-lider-entre-as-capitais-em-ranking-de-saneamento/59363>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PMC. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Portal do Servidor**, 05 janeiro 2022. Disponível em: <[https://servidor.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-conquista-serie-de-reconhecimentos-e-premios-em-2021/62159#:~:text=Em%202021%2C%20Curitiba%20recebeu%20os,seis%20mais%20inovadores%20do%20mundo%20\(>](https://servidor.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-conquista-serie-de-reconhecimentos-e-premios-em-2021/62159#:~:text=Em%202021%2C%20Curitiba%20recebeu%20os,seis%20mais%20inovadores%20do%20mundo%20(>)>. Acesso em: 21 setembro 2022. Balanço 2021: Curitiba conquista série de reconhecimentos e prêmios em 2021.

POSSE, Zulmara C. S.; CASTRO, Elisabeth A. D. As Virtudes do Bem Morar. **Memórias Urbanas**, c2013-2022. Disponível em: <<https://www.memoriaurbana.com.br/as-virtudes-do-bem-morar/urbanizacao-de-curitiba-1900-1940/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ROSA, Maria O. **O Processo de Urbanização e Qualidade de Vida**. Centro Universitário de Brasília - UniCEUB/ICPD. Brasília, p. 83. 2014.

SILVA, Gabriela D. V. **Avaliação de Uma Ocupação Irregular em Fase de Regularização Fundiária em Curitiba, Utilizando Indicadores da Qualidade Ambiental Urbana - IQAU**. UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, p. 88. 2013.

TEIXEIRA, Alison N.; RIBEIRO, Mária B. P. **A Urbanização Brasileira: Reflexões Acerca da Segregação Socioespacial**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luis: [s.n.]. 2016.